

## Introdução

O trabalho ora apresentado é o resultado da pesquisa de mestrado desenvolvido no âmbito do Programa Pós-Graduação em História da PUC-SP entre 2017 e 2019. A pesquisa levantou através de entrevistas as vidas, as histórias, as memórias, as tradições, as temporalidades, bem como as relações sociais e culturais dos sujeitos que compõem o núcleo do Posto Seis da Colônia de Pescadores no bairro de Copacabana. A centenária colônia, oficialmente denominada de Colônia de Pesca Z-13, se organizou na região nas primeiras décadas do século XX.

Vale a pena ressaltar que a sua criação se relaciona com o projeto de regulação dessa atividade perpetrada pela Marinha do Brasil, logo após a Primeira Grande Guerra (1914-1918), com intuito de regularizar e controlar a atividade pesqueira no país. Com isso, o Estado brasileiro passava a controlar a pesca em todo seu litoral, tal como instituía o registro dos pescadores e a fiscalização da pesca. Entre 1919 e 1921, foram criadas cerca de 800 colônias no extenso território nacional. De todo modo, a criação das colônias levava em consideração, além de outros fatores, a extensão territorial à beira mar de cada Estado da federação. A modernização da pesca abrangeu ainda uma nova forma de conceber a figura dos pescadores, estes se converteriam em “defensores da pátria”, uma reserva naval, reforçando a defesa nacional.

As Colônias institucionalizadas receberam uma letra para designar sua existência e um número que a acompanha até os dias de hoje. A letra escolhida foi a Z, portanto, todas as Colônias são designadas por um número precedido de um Z. A Colônia Z-13<sup>1</sup>, que é objeto desta pesquisa, foi estabelecida

---

<sup>1</sup> No primeiro capítulo estará exposta a quantidade de colônias institucionalizadas, em quanto tempo este processo se deu e, também, o que levou os dirigentes do país a escolherem essa categoria de trabalhadores para agrupar.

oficialmente em 29 de junho de 1923 e é composta de sete núcleos a saber: Posto Seis, Urca, Lagoa Rodrigo de Freitas, Anil, Muzema, Camorim e Pontal do Recreio, sendo o núcleo do Posto Seis, o objeto da nossa pesquisa.

A sede administrativa da Colônia fica exatamente no Posto Seis. É lá que acontecem as votações para escolha dos presidentes, vice-presidentes e demais membros que compõem a diretoria, além da interação dos pescadores com os responsáveis pela condução burocrática da Colônia. Já a sede foi em outro núcleo, no Muzema, transferida para Copacabana depois de um incêndio e, segundo a Presidente da Colônia, após ter sido invadida por bandidos.

A escolha por este núcleo se deu em razão da sua localização geográfica e historicidade, haja vista, os historiadores sempre relataram a presença de pescadores nessa região desde antes da “chegada” da cidade ao arrabalde, que já era ocupado por pescadores e alguns poucos trabalhadores rurais.

O levantamento de dados busca compreender também como os pescadores conseguiram a manutenção, em Copacabana, de uma Colônia de pescadores, levando em consideração as tantas reformas acontecidas e as formas como se deram todas as transformações no bairro, além de enfrentarem um senso comum que desacredita a sua permanência.

Copacabana, versada, cantada, lida e discutida por tantos cantores, autores, compositores e amantes deste bairro, abriga trabalhadores dos mais diversos segmentos, etnias, credos, e orientações. Dentre estes tantos sujeitos, lá estão os pescadores do Posto Seis que toda manhã, a partir das 05:00, iniciam suas lutas e rumam mar adentro em busca de seus sustentos.

O início do trabalho se deu há alguns anos, quando surgiu a ideia de fazer um mestrado. O eixo, ou a questão principal, sempre foi Copacabana, a localidade que chamou a atenção através das leituras sobre o tema. A escolha pelos pescadores aconteceu depois, em conversas com a orientadora, Professora Doutora Estefânia Knotz Canguçu Fraga, quando foram

apresentados todos os indivíduos possíveis de se trabalhar, a saber: os catadores de material recicláveis, os vendedores ambulantes e os pescadores do Posto Seis. Devido à abrangência da pesquisa, a orientadora, com seu olhar perspicaz, sugeriu uma única categoria de trabalhador para que fosse possível cumprir os prazos que são exigidos.

Mediante o que foi colocado, os pescadores artesanais<sup>2</sup>, pelo breve levantamento que havia sido feito, destacaram-se por muitas razões, dentre elas, a constatação da presença de uma Colônia de Pescadores, incrustada em um dos metros quadrados mais caros do Rio de Janeiro, e com uma historicidade tão louvável. Contrariando o senso comum de que Copacabana é lugar apenas de elite, os sujeitos do núcleo do Posto Seis constituem uma comunidade que congrega e vive nas areias do bairro.

Muitas perguntas surgiram: quem são esses homens e mulheres? Onde vivem? Quais suas origens? Quais suas culturas materiais? O que a pesca representa em suas vidas? Entre outras coisas. Portanto, na busca dessas e de outras respostas, o sujeito foi definido e a “busca” recomeçou.

Estabelecido o sujeito, o desafio que emerge a seguir é como contar suas histórias, quais autores me darão suporte para compreensão das relações e representações, além das práticas diárias e vivências nesta arena que é, ao

---

<sup>2</sup> Pescador artesanal: Na legislação brasileira, é considerado como pescador artesanal aquele que pratica a **Pesca comercial artesanal**: é aquela praticada por pescador profissional, de forma autônoma, ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios, ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações com Arqueação Bruta (AB)<sup>1</sup> menor ou igual a 20 (art. 8º, inciso I, “a”, da Lei Federal nº 11.959/2009 e art. 2º, inciso IV, da Instrução Normativa Interministerial 10/2011). A Lei nº 11.959 incluiu no conceito de pesca artesanal, também, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. Pesca artesanal legal: pescador da região Sul/Sudeste: conheça seus direitos e deveres / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília: MPF, 2017 – Disponível em:

[http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs\\_artigos/008\\_17\\_cartilha\\_pesca\\_legal\\_publicacao\\_biblioteca\\_digital-compressed11.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/008_17_cartilha_pesca_legal_publicacao_biblioteca_digital-compressed11.pdf). Acessado em 17.08.18.

mesmo tempo, de cooperação e disputa, portanto, dicotômica em muitos aspectos, colaborativa em outros, um local que aglutina lazer, prazer, trabalho, credo religioso, prática de esportes, etc.

O caminho escolhido para buscar a compreensão dessas vidas foi a investigação através da História Oral, suportada, em grande parte, pela historiadora Verena Alberti. Através da obra *Manual de História Oral*, defende que esta forma de pesquisa é uma metodologia quando afirma que: “(...) sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” (ALBERTI, 2004, p.29).<sup>3</sup> Já por sua vez, a escritora Eclea Bosi, também, se inspirou neste método para escrever suas narrativas, como se observa através da reconhecida obra *Memória e Sociedade, Lembranças de Velhos e Cultura de Massas e Cultura Popular: Leituras de Operárias*.

Vale a pena ressaltar os trabalhos seminais dos estudiosos ingleses Edward Palmer Thompson e Raymond Williams, quando buscamos formas de entender a cultura desses sujeitos. Além disso, a pesquisa original do antropólogo Roberto Kant de Lima sobre os pescadores artesanais na praia de Itaipu, na região oceânica do município de Niterói, nos forneceu elementos para a reflexão sobre vários temas ligados à pescaria artesanal, bem como revelou a inexistência de mulheres exercendo função de pescadoras nessa comunidade.

Constatei a presença de apenas uma esposa de importante pescador que toma conta do bar que eles possuem um na praia, e está sempre na areia, anotando a pescaria e ajudando na “partilha”. Mas, segundo o meu informante, ela ajuda, mas acompanha o marido. As únicas que eventualmente ainda fazem rede ou concertam, são as senhoras “daquela época”, que aprenderam com suas mães ou avós mas hoje não

---

<sup>3</sup> ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2004. pg. 29.

encontram ninguém interessado em aprender essas arte. (LIMA, 1997, p.302)<sup>4</sup>

O bairro de Copacabana traz, a reboque de sua historiografia, diversos momentos de mudanças e configurações desde sua arquitetura, passando por frequentadores e moradores, alargamento de sua principal avenida (Avenida Atlântica), traçado das pedras de seu calçadão e status internacional e nacional. Porém, existe algo que há muito acompanha aqueles que vivem nesta localidade, o sentimento de pertencimento e de orgulho, como uma espécie de “ser especial” por viver em Copacabana. Na década de 1960, quando Gilberto Velho escreveu *A Utopia Urbana*, ele destacou esse sentimento, bem como Julia O’Donnell em sua obra intitulada *A invenção de Copacabana*. Uma das inspirações dessa pesquisa sobre o bairro atlântico ocorreu quando a autora presenciou uma discussão calorosa entre duas mulheres sobre pertencer à Zona Sul, cujo ápice foi a frase dita por uma delas: “(...) Não tem cacife para morar na Zona Sul? Volta para o subúrbio então, que lá é o seu lugar!” (O’DONNELL, 2013, p.11)<sup>5</sup>

Para os pescadores, existe essa sensação de “ser especial” por estar em Copacabana? Esses sujeitos se identificam com o bairro? A orla de Copacabana faz alguma diferença nas suas vidas? Em busca destas e de outras inquietudes emergidas durante a pesquisa, ela se embrenha em caminhos de novas descobertas. Busca-se, ao longo desse texto, responder a todos esses questionamentos e aos demais que surgirem.

Para tanto, foi necessário compreender os desafios da pesquisa. Em primeira instância e, já sabido de antemão, a distância física do local objeto da pesquisa. Além de ter que instigar as pessoas a serem entrevistadas a abrirem suas vidas, compartilharem suas vivências, medos e aspirações, enquanto

---

<sup>44</sup> Kant de Lima, Roberto. *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 1997. Pg. 302.

<sup>5</sup>O’Donnell, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890 – 1940)*. Rio de Janeiro, Zahar, 2013. Pg. 11.

humanos que também apresentam seus lados precários e carentes. Logo no início das investigações, constatou-se que o tempo gasto para superar a distância era, rapidamente, compensado pelo prazer de se estar em Copacabana. Ademais, a dificuldade de executar as entrevistas mostrou-se inexistente.

Na colônia, a recepção por parte dos pescadores foi empática e aceita naturalmente, ao passo em que há muito em comum entre o subjetivo da pesquisadora e aqueles que compõem o objeto da pesquisa: os homens, em sua maioria, migrantes como esta que aqui escreve; e as mulheres, com suas histórias de luta e capacidade de compreensão, além de uma alteridade natural, que auxiliaram para que a pesquisa fluísse sem nenhum obstáculo. No entanto, ao longo do estudo, revelou-se a necessidade de construir o objeto de pesquisa, ou seja, transformar em tema histórico o conjunto de vivência e de valores constituídos daquela comunidade.

Há muitos historiadores que reconhecem a importância desse desejo. Também, é preciso lembrar que o filósofo Walter Benjamin inspira vários historiadores a realizarem um trabalho de construção de histórias, as quais, se o historiador não as realizar, correm o risco de serem esquecidas, ou, de sequer existirem. Quando, em seus escritos, ele diz que devemos contar a história a “contrapelo”, incentiva a construção não da história hegemônica, mas de uma que esteja fora do historicismo.

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1994, p.225)<sup>6</sup>.

O trajeto percorrido até aqui teve como sustentáculo o levantamento de dados sobre a colônia e suas relações, traçado com base em documentos

---

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 225.

oficiais<sup>7</sup> da própria colônia, mapas fornecidos pela FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro), pelo Instituto Mar Adentro e pelo Instituto Pereira Passos; este último através de dados disponibilizados em seu site, bem como nas entrevistas realizadas ao longo dos últimos meses com os pescadores da Colônia. Há um total de 12 entrevistas, sendo: 08 com pescadores (as), 01 com uma pesquisadora da FIPERJ, 01 com a secretária da Colônia, 01 com uma moradora de Copacabana e 01 com um dos diretores da Organização Observatório de Favelas. Este último forneceu subsídios para entender as alternâncias dos conceitos de “favela” e “comunidade”, conceitos estes utilizados na denominação de moradia de pessoas de baixa renda. Os pescadores, quase em sua totalidade, são moradores desses locais.

Apresenta-se, a seguir, um pouco de cada um dos trabalhadores que foram entrevistados. Optou-se pela escolha em ordem alfabética para identificar cada um dos entrevistados, independentemente da função ou ligação com a Colônia.

- Augusto César Rodrigues de Oliveira. Oriundo do Ceará, mudou-se para o Rio de Janeiro na primeira infância, pescador desde os dezesseis/dezessete anos, morador do morro do Vidigal, com escolaridade até a sétima série. Constrói as próprias redes de pesca junto ao filho. Apelido: Fominha

- Antônio Cláudio Maia Paiva. Nascido no Rio de Janeiro, acompanhou o pai na pesca desde os seis anos. Saiu por um tempo da atividade pesqueira para estudar, retornou e assumiu o lugar deixado pelo pai. Morador da Vila de Baixo do Jardim Botânico (espaço que está em litígio há muito tempo, os moradores correm o risco de serem expulsos), pescador da Colônia Z-13, porém, pesca no núcleo da Lagoa Rodrigo de Freitas. Frequenta o núcleo do Posto Seis enquanto pesquisador da FIPERJ, onde efetua um trabalho de coleta de dados, assunto este a ser abordado no capítulo III). Possui ensino médio completo, e, também, conserta as próprias redes. Apelido: Maracanã.

---

<sup>7</sup> Tais como: Ata de Assembleia Geral, Regimento Interno, Termo de Entrega e o Estatuto para a Colônia.

- Francyne Carolina dos Santos Vieira. Paulista, seguiu carreira acadêmica em Santa Catarina e, por razões do “coração”, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou na FIPERJ e, hoje, faz parte do projeto de monitoramento da pesca no Estado. Este levantamento tem patrocínio da Petrobrás e busca, dentre outras coisas, um levantamento socioeconômico dos pescadores artesanais, com o intuito de lhes dar um informe de rendimentos aceitável nos órgãos oficiais e demais localidades. É mestre em Oceanologia, mora em Niterói-RJ.

- Kátia Janine Oliveira de Miranda. Nascida no Rio de Janeiro, é pescadora bem antes de se cadastrar como tal, somente em 2001 conseguiu sua documentação para exercer a profissão. Com 54 anos, é a Presidente da Colônia, já em seu segundo mandato. Iniciou na pesca na Ilha do Governador, migrou para a Lagoa Rodrigo de Freitas e, hoje, compõe o núcleo do Posto Seis. Eleita em 2017, exercerá a função de presidente até 2020. Não informou escolaridade. Moradora da Cruzada São Sebastião, divide o lar com o filho. Entre quinta a domingo, cuida da mãe em outro bairro.

- José Manoel Pereira Rebouças. Também migrante cearense, é vice-presidente da Colônia e atua nas questões administrativas. Exerce a pescaria desde os 13 anos de idade quando saiu para o mar com seu pai. Praticava uma pesca diferente da que exerce na atualidade, pois pescava com barco à vela e ficava até uma semana no mar. Aos 58 anos, morador da comunidade Pavão-Pavãozinho, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1993 e, de acordo com seu relato, a mudança foi provocada pelo acaso. No entanto, ao conhecer a Colônia Z-13, foi aceito por ela e ali permanece. Estudou até a quinta série e transmite aos filhos os saberes adquiridos tradicionalmente do pai. Apelido: Manel.

- Manasi da Silva Rebouças. O mais jovem dos pescadores entrevistados, com apenas 28 anos, pratica a pesca desde os 13, quando ainda morava no Ceará, onde aprendeu ofício com seu pai e tios. Descendente de família de pescadores, exerce função dupla enquanto trabalhador. É pescador e funcionário do Instituto Mar Adentro (será abordada a parceria com este instituto no capítulo III). Tem

segundo grau completo e reside com o pai e a irmã na comunidade Pavão-Pavãozinho, de onde pode seguir caminhando para o trabalho. Apelido: Maná.

- Márcia Fernandes Cruz Nóbrega de Oliveira. A única moradora entrevistada, carioca e residente em Copacabana desde 1991. É comissária de voo, tem 51 anos de idade, e exibe aquele sentimento detectado com Gilberto Velho, o orgulho de residir em Copacabana. Apesar de conhecer de vista a Colônia, e residir a cerca de um quilometro dali, não costuma consumir os pescados comercializados por estes pescadores. Em razão da profissão, fica pouco no bairro, o que não a impede de admirar Copacabana. Formada em Biologia, tem MBA pela PUC – Rio, além, é claro, de todos os cursos ligados a profissão que exerce atualmente.

- Raimundo Gil do Nascimento. Natural do Piauí. Enquanto aguarda a liberação de sua carteira para exercer a profissão de pescador, trabalha consertando as redes dos demais pescadores como prestador de serviço. Nas noites mais calmas, é músico e, de acordo com seu relato, faz “barzinho” com um teclado para animar as noites de seus conterrâneos na comunidade onde mora na Rocinha. Mora no Rio de Janeiro desde 2000. Não informou seu nível de escolaridade. Apelido: Bira.

- Rosângela Bernardo Olivedo. Filha de migrantes, mãe mineira e pai paraibano, viveu, até seu casamento, aos 23 anos, na comunidade da Rocinha. Depois disso, mudou-se, com o marido, para o Pavão-Pavãozinho. Pratica a pesca há mais ou menos 18 anos e, hoje, já não vai mais para o mar, sendo responsável pela venda do pescado do senhor Manoel, além de “arrendar” seu barco para um terceiro. Coursou até o quarto ano e foi levada à pesca pelo marido que já não exerce mais a função. Apelido: Zanza ou Zazá.

- Sandra Cristina de Paiva. Secretária da Colônia há 11 anos, é um dos pilares que mantém o funcionamento da Colônia, responsável por assessorar os pescadores nas questões burocráticas, organização de documentos, manutenção das obrigações da Colônia com os órgãos regulatórios. Ela tem,

também, a função de fazer o cadastramento dos pescadores que buscam a associação na Colônia. Com segundo grau completo, reside em Copacabana e depende de transporte público para seu deslocamento. Entre alguns funcionários que lidam diretamente com ela, é chamada de mãe, mesmo sem nenhum parentesco.

- Tânia Souza Marcone. Aos 57 anos, moradora do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião, localizado no bairro do Leblon, onde divide a casa com alguns dos filhos, com a mãe e dois irmãos, é viúva, filha de migrante nordestino com uma carioca. Nasceu na Cruzada e lá vive até agora. Pratica a pesca há mais de quinze anos e se desloca para a Colônia muitas vezes a pé. Atualmente, no Posto Seis, exerce, apenas, a função de vendedora. No entanto, começou a pescar na Lagoa Rodrigo de Freitas e, depois, mudou para o Posto Seis. Está aguardando completar os 15 anos de contribuição para dar entrada no pedido de aposentadoria.

Por fim, foi entrevistado, por e-mail, Eduardo Alves, um dos diretores de uma organização da sociedade civil intitulada Observatório de Favelas. Fundada em 2001, atua na busca pelos direitos dos cidadãos e trabalha, especialmente, com pesquisadores oriundos dos espaços como a favela da Maré, onde estão alocados. Eduardo Alves respondeu questões ligadas ao tema da moradia em espaços populares como as favelas, e forneceu subsídios para tratar sobre questões ligadas aos direitos do uso da cidade por todos os cidadãos.

Todas essas entrevistas são relevantes para compreensão da dinâmica da vida da Colônia, sendo que algumas trazem elementos, não exatamente sobre a vida dos pescadores, mas sobre as disputas de ocupação dos territórios, como a entrevista concedida pelo Observatório de Favelas<sup>8</sup>. Outra entrevista, como a da pesquisadora Francyne Carolina dos Santos Vieira, situa sobre a

---

<sup>8</sup> O site do Observatório de Favelas é público e pode ser consultado através do endereço: <http://of.org.br/pt>, lá é possível encontrar muitas informações sobre as lutas e a trajetória dessa organização.

situação legal da pesca e os esforços dedicados à compreensão da pesca artesanal.

Os documentos levantados na Colônia são importantes para a compreensão do seu funcionamento e da sua organização. Neste rol, examinamos o *Estatuto da Colônia*, as atas de assembleia para eleição da diretoria, o regimento interno, o livro de registro dos pescadores com aquisição datada de 1936<sup>9</sup>, além de fotografias que contam a história da colônia. O *Estatuto* em vigor foi registrado em 2006. Cabe salientar que as Colônias adquiriram autonomia na confecção de seus estatutos somente após a promulgação da Carta Magna de 1988. Até aquele ano de 1988, as Colônias eram tuteladas pelo governo federal e, portanto, subordinadas diretamente no tocante à confecção dos Estatutos. No entanto, ainda são subordinadas às diretrizes pesqueiras da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA.

Neste estatuto, são determinadas as diretrizes legais, tais como: finalidade, sede, jurisdição e outros, bem como deixa claro a quem a Colônia é subordinada. Dentre outras questões previstas em estatutos dessa ordem, está a obrigatoriedade da Colônia em cumprir suas obrigações conforme o exigido pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores e a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro.

As informações contidas no estatuto estabelecem que a existência da Colônia é, por tempo indeterminado, naquela localidade. No entanto, de acordo

---

<sup>9</sup> Este é um documento guardado pela diretoria da Colônia com muito cuidado. Quando, em 1936, o presidente em exercício “resolveu” juntar todas as fichas de inscrição dos pescadores em um documento uno, adquiriu o, hoje, carinhosamente chamado de Livrão, e lá registrou todos os pescadores. Neste livro, o senhor Ernani do Amaral Peixoto, então Presidente, em novembro de 1936, cadastrou todos os pescadores, que, segundo suas anotações, estavam em acordo com o Estatuto das Colônias de pescadores da Capital Federal. Neste registro, encontra-se dados tais como: Número da ordem associativa, nome completo, filiação, local de pesca, situação militar, se escreve, etc. A ficha de filiação a Colônia continua existindo, no entanto, hoje, o livro foi substituído por uma ficha individual. Fotos do Livrão e da ficha atual serão anexadas ao trabalho.

com a entrevista da presidente da Colônia, e, também, da secretária desta, o direito ao uso do solo, ou seja, a permanência naquele lugar precisa ser renovada a cada 24 meses na SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca), através de um documento chamado “Termo de Posse”. O estatuto, no entanto, prevê a permanência por tempo indeterminado.

Além da documentação acima e das entrevistas, foi cedido pelo instituto Mar Adentro uma apostila intitulada “Curso de Conhecimento Tradicional da Pesca” que o próprio instituto criou para dar um curso sobre pesca. Este instituto é um dos parceiros da Colônia, e sua relevância, na vida dos pescadores, será objeto do terceiro capítulo.

No primeiro capítulo, busca-se analisar a constituição das Colônias de Pescadores ao redor do país, como se deram e a importância delas para os pescadores. Também, serão abordadas as questões sociais e políticas, o seguro defeso (será explicado na totalidade neste capítulo) e a história de Copacabana, fazendo um breve relato sobre seu desenvolvimento.

Seguindo uma constituição que fala sobre o sujeito, traça-se uma linha de compreensão sobre a chegada desses pescadores à Colônia, suas origens, as relações, as disputas e as colaborações entre eles. Um levantamento sobre as funções, bens e utensílios da pesca, bem como, uma explanação sobre as modalidades pesqueiras, inserindo-os na vida do bairro pulsante que, não por acaso, pode ser entendido por alguns como “maior” do que a cidade.<sup>10</sup>

No segundo capítulo, será examinada, diretamente, a vida dos pescadores e suas relações sociais, as questões relacionadas à moradia, buscando compreender os modos de vida dos pescadores. O levantamento busca a interação da forma de transformar os frutos que o mar oferece em

---

<sup>10</sup> Na obra *Copacabana – A trajetória do samba-canção (1929-1958)*, O autor Zuza Homem de Mello faz a afirmativa de que “*Copacabana bastava-se a si mesma*”. Pg. 29, mais adiante em sua obra, fala sobre os esportes que Copacabana exportou para outros lugares. P. 42.

capital, e, como é compreendida essa monetarização dos bens compartilhados pelos pescadores.

As questões relacionadas às convivências e disputas além da subjetividade do trabalho da mulher em um ambiente tradicionalmente masculino, como isso se dá na prática, e a objetificação das funções de cada sujeito. Para tanto, utilizar-se-á as entrevistas efetuadas durante o processo de pesquisa, além dos documentos e das leis que serão parte deste inventário.

No terceiro e último capítulo, serão analisadas as relações da colônia com os órgãos oficiais, tais como a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA, a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro - FEPERJ e, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ, buscando entender qual a importância desses poderes com relação à vida desses trabalhadores; bem como de outras instituições caso seja necessário.

Também, será analisada a convivência com o Instituto Mar Adentro, uma ONG que, hoje, desenvolve um trabalho, patrocinado pela Petrobrás, de monitoramento das ilhas Cagarras. Ela tem parceria com a Colônia, inclusive, utilizando suas instalações para ministrar cursos de conscientização, e, também, para manter miniexposições permanentes sobre o meio ambiente das ilhas. E por fim, é empregadora de um dos pescadores. O Manasi Rebouças que é o responsável pelas miniexposições.

## CAPÍTULO I

### A Origem das Colônias de Pescadores e sua Institucionalização

A história da pesca no Brasil é anterior a sua “descoberta” e institucionalização enquanto país. Os habitantes dessas terras sempre viveram da pesca e da caça. O trabalhador que será objeto desta pesquisa é o pescador, mais especificamente, aquele que pratica a pesca de forma artesanal, e, que está alocado no Posto Seis em Copacabana. Ele é remanescente de tempos remotos quando o bairro ainda era apenas um areal. Muito antes da formação das Colônias de Pescadores no Brasil afora, os pescadores do arrabalde, que já fora apenas um areal denominado de “sacopenapan”<sup>11</sup>, exerciam ali sua profissão que, naquele momento, era de subsistência. Portanto, eram os ocupantes de um local distante e de difícil acesso.

A existência de pescadores nesta localidade foi pouco estudada na historiografia que, prioritariamente, trata dos ocupantes do local como parte da paisagem. Nas bibliografias de diversos trabalhos historiográficos, há apenas breves menções à existência de índios que seriam os pescadores daquela época. A historiadora Julia O’Donnell, ao examinar o bairro de Copacabana, observou que os trabalhadores dedicados à pesca eram praticamente ignorados pelos órgãos públicos. Nas suas palavras,

(...) O texto confirma aquele que é, talvez, o único fato veiculado acerca dos primeiros moradores do bairro: tratava-se de trabalhadores ligados à atividade pesqueira. Sempre retratados em consonância com o “silêncio daqueles desertos”, os pescadores de Copacabana, quando

---

<sup>11</sup>No caso, a mudança do nome tupi Sacopenapan (“o barulho e o bater dos socós”) para o quíchua Copacabana (“mirante do azul”) foi causado pelo aparecimento, nessa praia, de uma imagem de Nossa Senhora de Copacabana, santa venerada no lago Titicaca... ENGENHARIA, João Fortes. *História dos bairros – memória urbana – Copacabana*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986, p. 19.

não invisíveis aos olhos da ânsia civilizatória, apareciam em perfeita harmonia com a paisagem local, surgindo como personagens naturais do bucolismo. (O'DONNELL, 2013, p.63).<sup>12</sup>

Neste universo de exploração da nova localidade, ou seja, o bairro de Copacabana que, com o advento da abertura do Túnel Real Grandeza (hoje Túnel Velho), inaugurado em 1892, foi, definitivamente, anexada ao território da Capital Rio de Janeiro; os pescadores tiveram um tratamento diferente daquele dado aos outros atores que disputavam territórios naquele final de século XIX. De acordo com Julia O'Donnell,

(...) Diferentemente do sertanejo, com sua “pulsão retrógrada”, e das classes populares urbanas, com sua “periculosidade latente”, os pescadores figuravam como dóceis ocupantes do distante areal, portadores de uma silenciosa legitimidade que permitia que fossem tratados sem a hostilidade que o discurso do progresso recorrentemente empregava (e emprega) em relação ao “outro”. Nesse sentido, chama a atenção a suavidade com que a urbanização de Copacabana é relatada em uníssono pelos diversos testemunhos, como se a progressiva chegada de ruas e palacetes tivesse ocorrido numa substituição natural e indolor das “choupanas” e “barracões” pelos índices de civilização almejada. (O'DONNELL, 2013, p. 63-64)<sup>13</sup>

Ao comparar os pescadores aos demais sujeitos estabelecidos na cidade carioca, a autora utiliza de adjetivos contrastantes. Entre eles, o homem do mar aparece enquanto de trato mais fácil, porém, cabe salientar que, estes trabalhadores se mantiveram no território e, geração após geração, conseguiram manter seus postos de trabalho. Por ocasião da perda de suas moradias em decorrência do processo de especulação imobiliária, aconteceu o processo de desterritorialização.

Foi então que a comunidade de pescadores de Copacabana sofreu uma espécie de des-re-territorialização efetiva, sendo destruídas as moradias

---

<sup>12</sup> O'Donnell, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890 – 1940)*. Rio de Janeiro, Zahar, 2013. Pg. 63.

<sup>13</sup> Idem pgs. 63 e 64.

dos pescadores que viviam na beira da praia. Essa transformação espacial vem acompanhada do discurso do desenvolvimento, da modernização. Com isso, os pescadores começaram a se espalhar pela cidade e muitos, uns anos mais tarde, instalaram-se nas incipientes favelas cariocas (principalmente da Zona Sul), estando nelas até os dias atuais. Podemos calcular quão intensa e veloz (no intervalo de tempo de uma geração) foi essa transformação no cotidiano dos pescadores do Posto Seis. (GIANNELLA, 2012, p.60)<sup>14</sup>

Contudo, a representação de pessoas “pacatas” e “dóceis” construída pela historiografia não se sustenta, uma vez que a criação de associações como clubes recreativos, nas primeiras décadas do século XX, pode ser compreendida como uma forma dos pescadores se organizarem para lutar pela manutenção de seus espaços.

Uma das pistas, que permitem entrever características da sociabilidade dos antigos habitantes do bairro é o surgimento de clubes recreativos, que articulavam setores da população em torno de atividades e interesses comuns. (...) Assim como os pescadores, outros grupos de trabalhadores do bairro buscaram, nos anos seguintes, se organizar em clubes recreativos. (GIANNELLA, 2012, p.65-66).<sup>15</sup>

Com esse dado, pode-se afirmar que a disputa por território existe desde que o “progresso” chegou a Copacabana. A organização dos trabalhadores residentes ali viveu esse movimento e permaneceu no local. Possivelmente, um dos motivos que levou a permanência de pescadores no lugar foi, justamente, o reconhecimento, por parte do poder Federal, desses sujeitos e o seu agrupamento em Colônias.

A institucionalização das Colônias de Pescadores no país é, relativamente, nova. Dados levantados na pesquisa (a exemplo da aprovação, em 1923, do primeiro estatuto das colônias de pescadores)<sup>16</sup> mostram que,

---

<sup>14</sup> GIANNELLA, Letícia. *Entre-Lugar*, Dourados, MS, ano 3, n.5, 1. semestre de 2012, pg. 60

<sup>15</sup> *Ibidem* pgs. 65 e 66.

<sup>16</sup> Na trajetória da regulação e institucionalização, no ano de 1923, o Ministério da Marinha aprovou o estatuto das Colônias de Pescadores, da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e da Confederação

somente no começo da segunda década do século passado, é que o governo federal oficializou a existência dessas Colônias.

O Rio de Janeiro sofreu, desde o final do século XIX, um processo de remodelação urbana. Essas alternâncias tiveram um significado muito grande para os sujeitos ora estudados, pois as remodelações implicaram, diretamente, em seus estilos de vida. De acordo com Letícia Giannella, esse processo se caracterizou:

(...) pela transferência das classes altas para os subúrbios distantes “aprazíveis”, das classes médias para zonas intermediárias e pela concentração da população pobre nas áreas centrais tidas como degradadas e insalubres, seguindo a lógica dominante de desenvolvimento das cidades. No final do século XIX e início do século XX, o eixo de urbanização da cidade encontrava-se em expansão na direção de Copacabana e Ipanema. (GIANNELLA, 2012, p.59).<sup>17</sup>

Neste momento de efervescência da sociedade, ocorria a Primeira Guerra Mundial, e, diante da importância que os mares tiveram para conquistas de territórios, os pescadores passaram a ter uma importância que, até aquele momento, os governantes não haviam lhes facultado.

As consequências da guerra despertaram, nos governos, a necessidade de reconhecer que os pescadores eram aqueles que melhor conheciam as fronteiras marítimas. Lima define assim:

É oportuno lembrar que a Primeira Grande Guerra tornara os pescadores personagens de uma importância antes despercebida – eram eles os conhecedores dos litorais, das suas pequenas reentrâncias, dos seus abrigos e dos seus perigos; eram eles fornecedores de alimentos alternativos abundantes, quando os campos

---

das Colônias de Pescadores dos Estados. No mesmo ano, também, foi criada a Caixa de Socorro da Pesca, que seria responsável por financiar a compra de materiais de insumos e equipamentos para os pescadores vinculados às colônias. FILHO, Alcides Goularti. *ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB- Año VIII - Julio 2016 - Nº 16 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay, pg, 13.*

<sup>17</sup> GIANNELLA, Letícia. **Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 3, n.5, 1.** semestre de 2012, pg. 59.

se tornavam palco de lutas. Os países com grandes áreas costeiras passaram a reconhecer nos pescadores guardiões da pátria. (LIMA, 1997, p.22).<sup>18</sup>

Partindo dessa necessidade detectada pelos governantes, algumas ações foram tomadas para que os pescadores fossem transformados em uma espécie de “soldados” do mar. Assim, uma onda nacionalista se instaurou nas esferas administrativas do país. Os pescadores que se recusaram a se naturalizarem brasileiros foram expulsos do país como bem observou o antropólogo Roberto Kant de Lima em Lima ao analisar os estatutos da época:

(...) cujos estatutos determinam: “tem como finalidade reunir por laços de solidariedade fraternal os pescadores brasileiros natos e naturalizados, que se dediquem à indústria da pesca, promovendo a instrução, o auxílio mútuo e a prosperidade das suas famílias”. (LIMA, 1997, p.23).<sup>19</sup>

Com o lema “Pátria E Dever”, entre 1919 e 1923, a Marinha da Guerra, através do Almirante Frederico Villar, criou cerca de oitocentas Colônias de Pescadores em todo o litoral brasileiro. O processo de criação se iniciou em Belém, no Pará, e percorreu todo o litoral<sup>20</sup>. O surgimento das Colônias de Pescadores trouxe, a reboque, uma série de obrigações para o pescador. Uma delas era a obrigatoriedade da associação. No caso da não associação, o pescador não poderia exercer sua profissão.

---

<sup>18</sup> LIMA, Roberto Kant de. E PEREIRA, Luciana Freitas. **PESCADORES DE ITAIPU – Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do rio de Janeiro**. Niterói – RJ. EDUFF. 1997. Pg. 22.

<sup>19</sup> Idem pg. 23.

<sup>20</sup> O termo colônia significa agrupamento, aglomerado. Foi isto que a Marinha fez, agrupou os pescadores em função de seus interesses. No ano de 1919, teve início a Missão do “Cruzador José Bonifácio”, grande embarcação da Marinha que, tinha à frente o Comandante Frederico Villar, a quem foi designada a tarefa de organizar os pescadores do Brasil. A embarcação saiu do Rio de Janeiro com destino a Belém do Pará, por onde começaram a ser criadas as primeiras colônias. Disponível em: <http://coloniadepescadoresz1se.blogspot.com/2016/02/origem-das-colonias-de-pescadores.html>. Visitado em 21 de outubro de 2018.

A criação de uma das primeiras dessas Colônias de Pesca no Rio de Janeiro, que é justamente objeto desta pesquisa, é a Colônia Z-13, fundada em 29 de junho de 1923. Para o pescador José Manoel, a Colônia é muito importante, pois é uma forma associativa que auxilia na aquisição e na manutenção dos direitos dos pescadores.

Então: o que 'que' é as 'Colônia'? 'As' Colônia é esse organismo que tem uma diretoria de, de 12 'componente', que tem o presidente, tem o secretário, tesoureiro e os outros componente' da chapa, o conselho fiscal, é, é, é... Os conselheiros então, e funciona no voto secreto, entendeu? É eleito pela maioria, no voto, é uma coisa tudo dentro da Constituição é que deixa esses trabalhadores 'convictos' de uma coisa, que é... Hoje, o pescador, ele, pescador artesanal, ele, dentro da ordem tem direito à aposentadoria aos 60 anos, que tá sendo muito visado pelo governo pra acabar com aposentadoria desses trabalhadores, mas tem o acidente de trabalho, tem a aposentadoria por invalidez. Isso tudo dentro de uma ordem, quando esse trabalhador ele tá documentado, ele está 'resistrado' sede da sua Colônia, entendeu? (informação verbal).<sup>21</sup>

### **1.1 – Os direitos sociais e políticos.**

Durante muito tempo, as Colônias de Pescadores estiveram subordinadas, diretamente, à Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores (CNPA) e à Federação dos Pescadores, não podendo, sequer, elaborar seus próprios estatutos. O primeiro estatuto das Colônias é datado de 1 de janeiro de 1923<sup>22</sup>, e está em forma de aviso vindo, diretamente, da Marinha. Somente quando da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais

---

<sup>21</sup>Entrevista concedida por REBOUÇAS, José Manoel Pereira. Entrevista 10. [maio de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (1h52m16s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação. P. 07.

<sup>22</sup> Informação disponível em: <http://coloniadepescadoresz1se.blogspot.com/2016/02/origem-das-colonias-de-pescadores.html>. Visitado em 21 de outubro de 2018.

foram equiparados aos trabalhadores rurais através do artigo oitavo. Desde então, receberam os mesmos direitos que os sindicatos, tornando-os, assim, autônomos para criarem seus estatutos. A Confederação e Federação da pesca não pôde mais intervir.

No âmbito de reconhecimento de direitos sociais e políticos, somente em 2008, foi sancionada a lei 11.699, em 13 de junho, que ratifica a Constituição em seu artigo 8º e altera os dispositivos do Decreto-Lei 221 de 28 de fevereiro de 1967<sup>23</sup>. Um pouco anterior a este evento, os pescadores artesanais foram reconhecidos enquanto partícipes de comunidade tradicional. A importância disso pode ser compreendida pelo texto do Decreto 6040/07 | Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre quais são os sujeitos atendidos e enquadrados nesta designação para efeitos de permanência e proteção por meio de políticas públicas.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> No do Decreto – Lei 221, em seu artigo 94 está designado que: As Colônias de Pescadores, as Federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, serão reorganizadas e suas atividades regulamentadas por ato do Poder Executivo. Com a alteração sofrida através da Lei 11.699 de 13 de junho de 2008, tem-se em seu artigo primeiro: As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal.

<sup>24</sup> De acordo com o Decreto 6040, os povos e comunidades tradicionais são definidos como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição".

Entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, **pescadores artesanais**, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros.

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as Comunidades Tradicionais constituem aproximadamente 5 milhões de brasileiros e ocupam ¼ do território nacional. Por seus processos históricos e condições específicas de pobreza e desigualdade, acabaram vivendo em isolamento geográfico e/ou cultural, tendo pouco acesso às políticas públicas de cunho universal, o que lhes colocou em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, além de serem alvos de discriminação racial, étnica e religiosa.

Cabe salientar que, uma vez considerados pelo governo federal enquanto integrantes de comunidades tradicionais, os pescadores artesanais têm direito à aposentadoria especial. De acordo com a lei 150 de 27 de abril de 2013, que alterou a lei 8.213 de 24 de julho de 1991, todos os pescadores adquiriram o direito à aposentadoria especial em razão de suas atividades, e lhes foi assegurado a não descontinuidade da contagem do tempo por ocorrência do período do defeso.<sup>25</sup>

### **1.1.2 – Defeso**

É o período em que a pesca é suspensa por determinação do Governo Federal, em razão de alguns fatores ambientais, tais como a piracema<sup>26</sup>. Neste

---

Texto disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>. Visitado em: 11 de setembro de 2018 – Grifo meu.

<sup>25</sup> Texto da lei completo em [www.legis.senado.leg.br](http://www.legis.senado.leg.br), segue artigo que trata do período do defeso. Art. 2º No período de defeso, o pescador receberá do Governo o salário defeso, no valor do piso salarial da categoria. Este salário dará oportunidade ao trabalhador da pesca a ingressar em cursos de qualificação profissional ministrado pelo Ministério da Pesca, Ministério do Trabalho e Emprego e/ou através de convênios com os Sindicatos do ramo de atividade.

<sup>26</sup> Piracema é o período de desova dos peixes que ocorre entre os meses de outubro a março. Os peixes reofílicos (peixes que migram para reprodução) precisam nadar contra a correnteza em uma subida árdua até as cabeceiras dos rios, para se reproduzirem. Fatores como temperatura da água (entre 26 e 28 graus), enxurradas causadas por chuvas que aumenta o nível da água, e a ampliação da quantidade de horas de luz por dia, estimula a hipófise, órgão que comanda todo o processo de reprodução, a intensificar a produção de hormônios. Na luta contra a correnteza, cada espécie de peixe necessita de um determinado espaço, chamado de amplitude migratória, para conseguirem chegar ao estágio de reprodução. Como exemplo, o peixe dourado (*Salminus maxillosus*), tem que nadar cerca de 500 km contra a corrente até a exaustão. Geralmente estes peixes encontram obstáculos muitas vezes fatais como barragem no leito de um rio, onde se lançam contra a parede e infelizmente morrem. Superando todos os desafios durante o percurso rumo à reprodução da vida, em exaustão, as fêmeas amadurecem os hormônios e liberam os ovos na água, enquanto os machos derramam o sêmen. Acontece então a fecundação. Os ovos lançados pelas fêmeas variam entre as espécies. Uma fêmea de dourado que pese dez quilos pode desovar um

intervalo de tempo, os pescadores ficam impedidos de exercer sua profissão e, por conseguinte, sem rendimentos. Como uma forma de dar sustento a estes trabalhadores, foi criado o seguro defeso, que compreende o pagamento de valor equivalente a um salário mínimo vigente ao pescador que comprovar sua atividade.

As exigências comprobatórias são muitas e, de acordo com os órgãos oficiais, visam ofertar o pagamento somente a quem tem direito, e evitar fraudes no processo de recebimento. Instituído pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, ele determina como proceder e, especialmente, as proibições. Abaixo, segue tabela da FIPERJ (Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro), na qual constam as espécies e os períodos correspondentes.

#### **PERÍODOS DE DEFESOS VIGENTES DAS ESPÉCIES CAPTURADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

<b>ESPÉCIE DE PESCADO</b>	<b>NOME CIENTÍFICO</b>	<b>PERÍODO DE DEFESO</b>	<b>NORMA Nº</b>	<b>DATA</b>
Sardinha-verdadeira	<i>Sardinella brasiliensis</i>	15/jun a 31/jul e 01/nov a 15/fev	IN IBAMA nº 15	21/05/2009
Tainha*	<i>Mugil liza</i>	15/mar a 15/set	PI MPA/MMA nº 4	14/05/2015
Camarão-sete-barbas	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i>	01/mar a 31/mai	IN IBAMA nº 189	23/09/2008

---

milhão e quinhentas mil ovos. O ciclo de reprodução dos peixes de piracema acontece todos os anos e representa um exemplo de luta pela vida. Os peixes que não migram, não amadurecem seu processo hormonal e conseqüentemente não se reproduzem, o que não contribui para a perpetuação da vida.

A pesca durante o período da piracema é crime, e quem cometer este ato e for flagrado poderá ser preso e pagar multa de R\$ 700,00. Por cada quilo de peixe apreendido, pagará ainda uma multa de R\$ 10,00. Através destas medidas, evita-se o desequilíbrio ecológico nos rios.

Texto disponível em: <https://www.infoescola.com/ecologia/piracema/> - visitado em 04 de março de 2019.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

Camarão-branco	<i>Litopenaeus schmitti</i>	01/mar a 31/mai	IN IBAMA nº 189	23/09/2008
Camarão-rosa	<i>Farfantepenaeus paulensis e F. brasiliensis</i>	01/mar a 31/mai	IN IBAMA nº 189	23/09/2008
Camarão-barba-ruça	<i>Artemesia longinaris</i>	01/mar a 31/mai	IN IBAMA nº 189	23/09/2008
Camarão-santana ou vermelho	<i>Pleoticus muelleri</i>	01/mar a 31/mai	IN IBAMA nº 189	23/09/2008
Caranguejo-uçá**	<i>Ucides cordatus</i>	01/out a 30/nov e 01/dez a 31/dez	PI IBAMA nº 52	30/09/2003
Caranguejo-guaíamum	<i>Cardisoma guanhumi</i>	01/out a 31/mar	PI IBAMA nº 53	30/09/2003
Mexilhão	<i>Perna perna</i>	01/set a 31/dez	IN IBAMA nº 105	20/07/2006

\* Só vale para as desembocaduras estuarino-lagunares.

\*\* De 01/out a 30/nov é proibida a captura de machos e fêmeas, e de 01/dez a 31/dez é proibida<sup>27</sup> apenas a captura de fêmeas.

De acordo com informações em sites oficiais, o contingente de pescadores que recebem o seguro defeso no Brasil, hoje, chega próximo a um milhão de trabalhadores. Esse fato mostra quão importante é o benefício para a manutenção dos direitos mínimos dos cidadãos.

Desde promulgação da Constituição de 1988, as conquistas políticas e sociais desses trabalhadores têm sofrido uma melhora substancial, pois adquiriram liberdade com relação a seus estatutos. Foram inseridos enquanto membros de comunidade tradicional, recebem o seguro defeso, e conseguiram o direito à aposentadoria especial. Contudo, a Colônia Z-13, hoje, luta por direito definitivo de posse do terreno. Atualmente, existe uma permissão de uso do

<sup>27</sup> Tabela ---- disponível em <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/main/defeso> - visitado em 16 de outubro de 2018.

espaço através de um Termo de Posse emitido pela SPU (Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro), que deve ser renovado a cada dois anos. Bem como buscaram acesso a atendimento médico, psicológico e dentário de qualidade para seus membros, através de convênio com o poder público, sem a necessidade de enfrentarem as horas de espera nas filas dos SUS (Sistema Único de Saúde).

### **1.2 – Copacabana e a Colônia de Pescadores Z-13**

Na Copacabana de hoje, são poucos os resquícios da cidade do início do século XX. Os pescadores são um desses remanescentes do passado e, no exato extremo direito da quem olha da Avenida Atlântica para o mar, está a Colônia de Pescadores Z-13, mais especificamente, o núcleo intitulado Posto Seis. É ali, também, que fica a parte administrativa que dá suporte aos pescadores em questões burocráticas.

Para trazer os pescadores do Posto Seis, é necessária uma breve contextualização da Copacabana que abriga esses trabalhadores, e que passou por várias transformações significativas tanto que, praticamente, nada restou dos tempos remotos.

Nos idos de 1820, este arrabalde era habitado por “silvícolas”. Suas choupanas não eram atraentes. A dificuldade de acesso à localidade somada ao entendimento de que a praia não era, exatamente, o melhor dos lugares, eram fatores que contribuíam para manter a elite carioca longe do areal, fato que garantia a moradia dos poucos ocupantes. Mas, o que interferiu no local, foi o ideário das funções terapêuticas do banho de mar.

No século XVII, os tratados e estudos médicos europeus começavam a pregar as virtudes terapêuticas da água fria do mar, creditando-lhe a longevidade de povos vivificados por antiga tradição marítima. No século seguinte, cientistas e filósofos tornariam ainda mais enfática a prescrição

do mar para a cura de doenças ligadas à melancolia e ao sistema nervoso. (GASPAR, 2004, p.32)<sup>28</sup>

Ainda que esta convivência tenha sido, a princípio, apenas para cuidar da saúde, o fato é que, a chegada dos “homens brancos” ao arrabalde, foi a gênese de transformações que ocorreram no local. Imagens antigas do arrabalde de Copacabana exibem uma paisagem que mistura pequenas construções e uma natureza quase intocada, apesar de existirem poucas gravuras do local, justamente, em razão da dificuldade de acesso.



Gravura 01. Copacabana 1820<sup>29</sup>.

<sup>28</sup> GASPAR, Claudia Braga. *Orla Carioca História e Cultura*. Rio de Janeiro. Metalivros. 2004, pg. 32.

<sup>29</sup> ENGENHARIA, João Fortes. *História dos Bairros, memória urbana*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986, pg 21. – Rugendas, C. 1820 – Praya Rodrigues, IHGB. No final do século XIX, Hilário de Gouveia afirmou que o indígena “tinha seus aldeamentos nos pontos hoje reputados mais saudáveis nos arredores da cidade. Copacabana e Paineiras”.

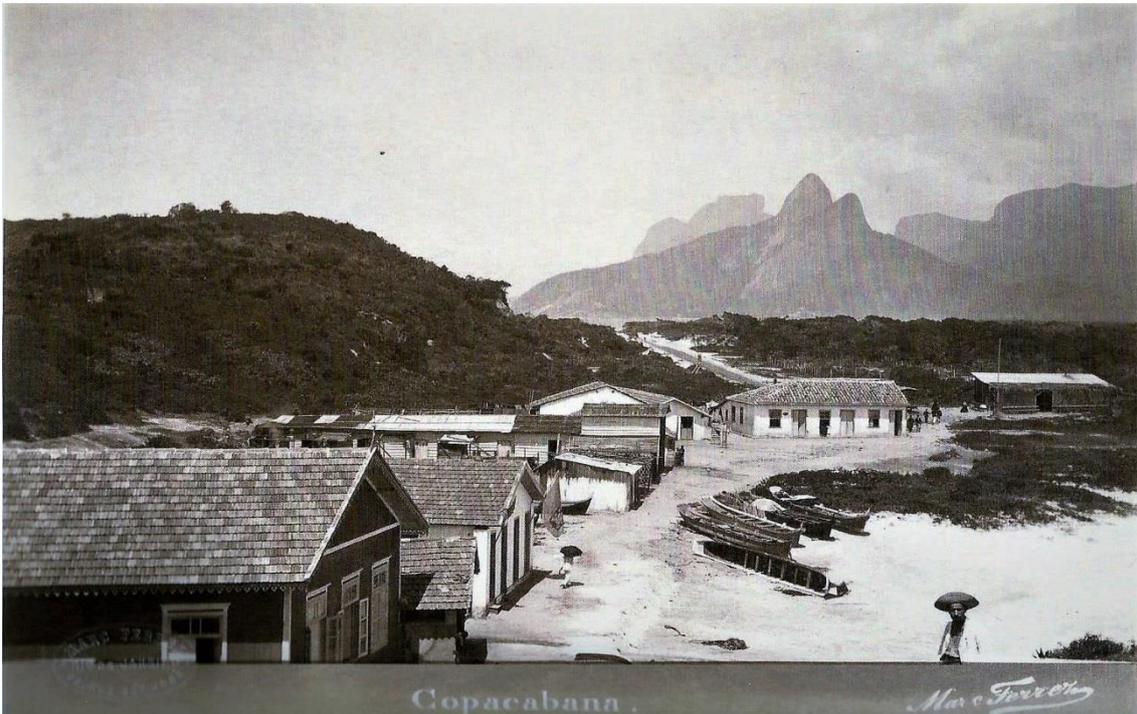


Imagem 01<sup>30</sup>

Para os administradores da cidade, a partir da República, sobretudo, tornou-se imperioso a modernização dos serviços urbanos. Conseqüentemente, ocorreu a reforma urbana. Porém, esse processo não considerou as classes menos favorecidas. Araújo diz:

O ônus da modernização, entretanto, recaiu sobre os setores mais pobres da população. Afetados pela crise habitacional criada pelas demolições e despejos, estes viram-se ainda obrigados a abandonar suas ocupações no mercado informal de trabalho, enfrentando obstáculos crescentes para a sobrevivência. Vendedores ambulantes foram varridos da rua, o transporte de tração animal, “lento, perigoso e antiestético”, foi banido, a prostituição e a mendicância perseguidas,

---

<sup>30</sup> Imagem de Copacabana em 1895, feito pelo fotografo Marc Ferrez e disponível em: <http://histormundi.blogspot.com/2018/08/como-era-e-como-esta-praia-de-copacabana.html>. visitado em 30 de outubro de 2018.

escondendo-se assim a imagem da miséria e da profunda desigualdade social. (ARAÚJO, 1993, p.284).<sup>31</sup>

E, foi nesse contexto de modernização, que os pescadores começaram a perder seu lugar. E o, até então, vazio arrabalde foi desaparecendo diante de uma nova concepção de moradia, além da valorização do território em razão da especulação imobiliária. Foram esses os fatores que deram início ao processo de expulsão dos moradores.

É nesse deslocamento das classes médias e altas para os bairros que então se caracterizavam como subúrbios, entre eles Copacabana, que se inicia o processo de sobreposição de uma lógica hegemônica de desenvolvimento sobre a comunidade de pescadores do Posto Seis. A chegada de novos moradores naquela localidade que se configurava até então como uma vila de pescadores carrega consigo a primeira grande transformação sofrida pela comunidade. (GIANNELLA, 2012, p.59)<sup>32</sup>

É consenso entre os autores que falam sobre a expansão do bairro de Copacabana que a abertura do Túnel Velho, em 06 de julho de 1892<sup>33</sup>, facilitou o acesso ao local. Antes desse empreendimento, o acesso era difícil, pois os caminhos tortuosos demandavam muita energia. Por esses motivos, a população da cidade se deslocava para o areal somente em dias de acontecimentos, como o surgimento das duas baleias noticiado em 1858.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, pg. 284.

<sup>32</sup> GIANNELLA, Letícia. *Desenvolvimento E Comunidades Tradicionais: A Comunidade De Pescadores De Copacabana, Rio De Janeiro. Entre-Lugar*, Dourados, MS, ano 3, n.5. Pg. 59.

<sup>33</sup> Referência pode ser encontrada em: VELHO, Gilberto. *A utopia urbana – um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973, pg. 19; em: O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013, p. 18; e em: ENGENHARIA, João Fortes. *História dos bairros – memória urbana – Copacabana*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986, pgs. 28 a 32.

<sup>34</sup> Em 1858, foi noticiada a presença de duas grandes baleias junto ao seu litoral, atraindo, para lá, uma torrente de curiosos, mas que ficara a ver navios e a beleza do local, porque das baleias, não havia nem sinal. Pouco após a igreja foi reconstruída e fundada a Irmandade de N.S. de Copacabana. Em 1873, foi inaugurado o primeiro posto de telégrafo submarino, da Western Telegraph Company Ltd. Pouco mais

Era, inclusive, motivo de desdém e descrédito, por parte da sociedade carioca, a possibilidade de acesso, haja vista, as dificuldades de transpor as barreiras físicas. Além do morro que separava a praia da cidade, o solo arenoso não parecia muito atraente para os investidores. Portanto, a abertura do túnel, como já citado acima, alterava o cenário e trazia novas possibilidades.<sup>35</sup>

Não obstante, a abertura do túnel trouxe um novo olhar para o arrabalde, além de possibilidades singulares de investimentos. O prefeito Pereira Passos, nomeado, em alguns escritos, como o prefeito “bota-abaixo”<sup>36</sup>, também, investiu no novo bairro durante seu mandato. Além de lançar o Decreto número 1.041 em 18 de julho de 1905, alterando determinação anterior com relação as construções. Até então, buscando o crescimento do bairro, as diretrizes para construções gozavam de termos diferenciados do resto da cidade, ou seja, as habitações erguidas no bairro tinham liberdade, quase total, de edificação até o decreto de Pereira Passos.

Esse decreto trazia, no bojo de suas argumentações, as ideias higienistas, hegemônicas e sanitaristas vigentes à época, e, com a nova determinação, evitavam-se os casebres e choupanas, tidas como precárias. Esse processo resultou na elitização do bairro através da especulação imobiliária que, neste momento, já era visível através dos anúncios em jornais da época. Os veículos

---

tarde, já apareciam, nos jornais, anúncios de um hotel e de uma casa de repouso próximos à chegada da Real Grandeza, oferecendo banhos de mar, a nova terapia recomendada a quem buscasse a saúde.<sup>34</sup> ENGENHARIA, João Fortes. *História dos Bairros, memória urbana*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986, pg 23

<sup>35</sup> Idem. Na página 28, é encontrada uma ilustração que mostra a sátira de parte da sociedade a possibilidade de colocação de trilhos nas areias de Copacabana.

<sup>36</sup> O engenheiro Francisco Pereira Passos foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro no período compreendido entre 1902 e 1906. Nomeado pelo quinto Presidente do Brasil, o advogado Francisco de Paulo Rodrigues Alves, executara, conjuntamente, uma grande reforma, no início do século, na cidade carioca, que ficou conhecida, e até hoje é narrada por historiadores, como a reforma bota-abaixo. Pois, inspirado em Haussmann, muitas edificações foram destruídas para darem lugar a outras mais modernas, ou para o alargamento de avenidas. Muitos autores se ocupam do tema incluindo aqueles que são referência para este trabalho. – Julia O’donnell, João Fortes Engenharia, etc..

de imprensa, por sua vez, serviram, também, para endossar o pensamento corrente no período. É o caso do jornal *Gazeta de Atlântica*.<sup>37</sup>

O cancelamento da liberdade de construção (pelo decreto de Pereira Passos), a criação da avenida, as novas tecnologias, a exploração imobiliária, as políticas públicas pautadas em pensamentos “europeizantes” e, acima de tudo, higienistas, tudo isto aliado a um momento de busca por ar mais puro e a crença de que a proximidade com o mar traria a cura para uma série de enfermidades, atraiu a elite carioca, que passou a construir, ali, seus palacetes.

Ainda no século XIX, são construídos palacetes e mansões provocando grande alteração na paisagem do local. Em 1923, foi inaugurado o Copacabana Palace, constituindo-se como um símbolo da modernidade. As construções, em Copacabana, foram sendo substituídas ao longo do tempo. Passaram das choupanas às casas térreas e sobrados, substituídas por palacetes, mansões e bangalôs. Depois, por prédios de apartamentos e os conjugados (que foram proibidos em 1936).<sup>38</sup> Chegando aos edifícios para abrigar a elite crescente, numa constante alternância de estilo arquitetônico, trazendo a impossibilidade

---

<sup>37</sup> Em O'DONNELL, encontramos uma longa explanação a respeito, segue trecho de sua obra. O fim da liberdade de construção caminhava lado a lado com a sugestão de que Copacabana deveria ter uma ocupação cuidadosa (para não dizer suntuosa), o que veio a ser confirmado em novembro de 1905, com o Decreto n.561, de 14 de novembro, que aprovava os planos da construção da avenida Atlântica. O decreto se baseava na constatação de que os “alinhamentos projetados para logradouros públicos em parte da praia de Copacabana são defeituosos, e não guardam entre si a necessária harmonia”, e de que “não foram reservados terrenos para logradouro público, com grande prejuízo da comodidade da população e completo sacrifício da beleza natural daquele extenso litoral”. Reforçava-se, assim, a ideia de que Copacabana deveria ser salva dos perigos da desordem – discurso endossado pela *Gazeta de Notícias*, que antes mesmo de aprovado o referido decreto, publicou a reportagem intitulada “Av. Atlântica”, cujo teor pode ser apreciado no seguinte trecho: - Lembrem-se todos os antigos cariocas das esperanças que depositavam nos vastos terrenos de Copacabana, como o ponto onde se poderia criar um bairro novo de ruas bem traçadas e casas modernas. ... O que daí resultou sabem todos os que tem ido a Copacabana e aos que ali não foram basta dizer que no delicioso período da “liberdade” abriram-se becos de três quatro metros de largura! Felizmente, graças à energia do dr. Pereira Passos, esta anomalia já é cousa do passado. (O'DONNELL, 2013. Pgs. 53 e 54).

<sup>38</sup> Um desses edifícios foi estudados por Gilberto Velho em sua obra *A Utopia Urbana – Um Estudo Antropológico e Social* em 1973, quando entrevistou vários moradores do Edifício Estrela para compreender a dinâmica dessas moradias.

de continuidade, em suas moradias, daqueles que, um dia, foram os ocupantes desta localidade.

Os estilos arquitetônicos foram se renovando para atenderem às necessidades dos donos do capital. Das casas sem estilo, ou seja, construídas sem pretensões arquitetônicas, passou-se para o art-nouveau, para o art-decô, chegando à arquitetura moderna, abrigando sempre, nessas novas construções, cada vez mais, uma elite que demandava por serviços. Os prestadores desses serviços não dispunham de capital para residirem próximo de seus locais de trabalho. Por isso, já no início do século XX, reclamava-se da existência de casebres nos morros próximos a Copacabana, onde muitos desses prestadores de serviços construíram suas casas.

Desde 1915, pelo menos, os terrenos da Empresa de Construções Cíveis situados nos morros, segundo denúncias de seus dirigentes, vinham sendo invadidos por intrusos, que derrubavam as matas para construir casebres sem licença, e completamente em desacordo com as posturas municipais. As tentativas da empresa de impedir essas invasões, colocando vigias no local, foram inúteis, pois “mais do que nunca surgiram nas matas casebres de construção condenada”.<sup>39</sup>

O bairro “novo” é alçado à categoria de símbolo da cidade do Rio de Janeiro. Traçando uma linha do tempo para buscar as alterações arquitetônicas do bairro, é possível perceber o crescimento e desenvolvimento de um areal que abrigava alguns índios até meados do século XIX. Hoje, é, de acordo com um site de venda de imóveis, o sétimo metro quadrado mais caro da cidade, avaliado em R\$ 12.764<sup>40</sup>. Abrigando uma elite que, em muitos casos, desconhece sua história.

---

<sup>39</sup> ENGENHARIA, João Fortes. *História dos bairros – memória urbana – Copacabana*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986, p. 175.

<sup>40</sup> Informação colhida no site: <https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/rio-de-janeiro,rj/> - visitado em 01 de janeiro de 18.

De acordo como Instituto Pereira Passos, nada restou das antigas choupanas. As construções, hoje, dividem-se em casas e apartamentos. Na tabela abaixo, é possível verificar a quantidade de imóveis e, sem nenhuma referência, as habitações que abrigavam os pescadores que ali residiam.

### **Imóveis - Uso Residencial**

Número de Imóveis (2015):	80.765	
Casa (2015):	820	
Apartamentos (2015):	77.823	
Casa / Apartamento (2015):	24	
Outras Tipologias (2015):	2.098	
Área Construída Total (2015):	6.844.693	m2
Área Construída de Casa (2015):	101.737	m2
Área Construída de Apartamentos (2015):	6.652.515	m2
Área Construída de Casa/Apartamento (2015):	1.335	m2
Área Construída de Outras Tipologias (2015):	89.106	m2

Tabela 01 - quantidade de imóveis em Copacabana em 2015. <sup>41</sup>

<sup>41</sup> Tabela retirada do site do Instituto Pereira Passos em 04 de setembro de 2018. <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=7fe1b0d463e34b3b9ca2fafd50c3df76#>.

No arcabouço histórico do bairro, os muitos aspectos se misturam e criam representações e vivências culturais. Expulsos de seus locais de moradia, os pescadores se mantiveram enquanto trabalhadores, ocupando o mesmo bairro que a elite, e vivenciando das culturas de massa e da hibridização dessas mesmas culturas.

O bairro, que expulsou seus antigos moradores, cumpriu sua “missão”, pois nasceu para ser cosmopolita, futurista, dinâmico. Em Mello, encontramos:

Mais que um bairro, mais que uma praia era uma agregação de seres que se entendiam, num lugar autônomo onde se vivia regiamente sem atravessar o túnel, sem ver a cor do Leblon nem de Ipanema. Copacabana era uma verdadeira república dentro do Rio de Janeiro, orgulhosa de seu estilo de vida, libertária e sem concorrentes. (MELLO, 2017, p.29)<sup>42</sup>

Na citação acima, o autor está trabalhando sobre questões ligadas à música. Ele se refere a um estilo em especial, o samba-canção que, dentre outras coisas, era orgulho para aqueles que viviam em Copacabana, sendo este mais um motivo para ufanias de pertencimento ao bairro.

O desenvolvimento das cidades, os chamados progressos que contam a história progressista, linear e hegemônica, muitas vezes “se esquece” dos atores do cotidiano, aqueles que já estão inseridos nas localidades antes destes fenômenos desenvolvimentistas acontecerem. Em muitos casos, são soterrados, ou melhor, são expulsos de seus habitats para darem vez ao capital.

As questões que acompanham os moradores e trabalhadores do bairro, no que diz respeito à posse de terra, é antiga. No caso de Copacabana, os pescadores conseguiram, até o momento, manterem-se em seu posto de trabalho.

---

<sup>42</sup> MELLO, Zuzana Homem de. *Copacabana: a trajetória do samba-canção*. São Paulo: Editora 34/Edições Sesc. 2017, pg. 29.

### 1.2.1– Os Pescadores – “habitantes” das areias de Copacabana.

Quando o dia está prestes a raiar, entre 05:00 e 06:00 horas da manhã, os “habitantes” das areias de Copacabana são somente os pescadores. Eles chegam aos poucos num movimento que parece contaminar uns aos outros, pois, mesmo que cada equipe saia em um barco distinto, os pescadores cooperam uns com os outros. Essa cooperação aparece em vários momentos ao longo do dia: na saída para o mar, no retorno deste, na disposição dos peixes para a venda dentre outros.<sup>43</sup>

As movimentações em torno dos barcos seguem alguns passos que são iguais, ou pelo menos parecidos, para todos, e inerentes à atividade pesqueira. Até mesmo, como forma de prevenção e proteção da integridade física de cada um. Alguns com maior, outros com menor grau de responsabilidades, precisam conferir todos os itens dos barcos, desde o óleo do motor até o gelo que levam, tudo precisa ser inspecionado antes da partida.

Neste momento, a disputa por espaço é quase inexistente, haja vista que, o local está ocupado, apenas, pelos próprios pescadores. Ao saírem para o mar, deixam o espaço, novamente semivazio. Porém quando retornam, aquele espaço que era somente dos pescadores, passa a ser ocupado pelos demais frequentadores/habitantes cotidianos.

Ainda no mar, os espaços já passam a ser disputados, e cada equipe de pesca precisa respeitar o local onde a outra “largou” sua rede. Ademais, o local de partida e chegada dos pescadores, também, é utilizado por esportistas para a prática do remo e da natação, numa sobreposição de ocupação do lugar.

---

<sup>43</sup> Esse movimento cooperativo também é observado em Itaipú.” *Qualquer pescador, na praia, tem obrigação de ajudar a até mesmo banhistas são solicitados a cooperar.*” LIMA, Roberto Kant de. E PEREIRA, Luciana Freitas. *PESCADORES DE ITAIPU – Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do rio de Janeiro*. Niterói – RJ. EDUFF. 1997, pg. 146.

O espaço compreendido entre os boxes de venda e as primeiras ondas, ou seja, a areia, é ocupada por uma série de atores que exercem, ali, muitas atividades. Ao lado dos barcos que ficam estacionados até o dia seguinte sem uso, estão banhistas que douram seus corpos, prestadores de serviço que oferecem passeios ao mar em suas tendas, e, onde pranchas de surf e de stand-up pedal são empilhadas juntamente com seus remos. Ali é, também, onde pessoas fazem suas caminhadas diárias.

Neste espaço de sociabilidade estão os vendedores ambulantes que buscam melhorar suas vidas. Neste local, também, é comercializado o pescado que veio do mar, bem como, logo em frente aos boxes de venda, está designado um local para os clientes levarem seus peixes para serem limpos e cortados, de acordo com o gosto de cada freguês. Logo ao lado, está o local para concerto das redes de pesca. O guincho, também, está alocado nesse lugar de disputa e convivência.

As relações vividas nas areias de Copacabana têm significação diferente para cada uma dessas pessoas. Para os pescadores que habitam e “desabitam” essas areias ao longo do dia, este lugar é parte integrante de suas vidas, é o limiar entre a cidade e o mar. Lima diz:

A expressão de “a praia é que é lugar de pescador” assume assim, conotações mais precisas do que as de simples evidência do exercício da pesca e da observação do mar. Significa, mesmo, o próprio lugar em que a identidade social se define, extrapolando-se, é certo, para o mar e para a terra, mas na praia renovando-se indefinidamente porque a sua liminaridade exige, permanentemente, a caracterização de sua fisionomia. (LIMA, 1997, p.132-133).<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> LIMA, Roberto Kant de. E PEREIRA, Luciana Freitas. *PESCADORES DE ITAIPU – Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do rio de Janeiro*. Niterói – RJ. EDUFF. 1997. Pg. 132 e 133.

O pescador, portando, habita aquele espaço com todas as suas representações e culturas, interagindo, criando e recriando relações cotidianamente. Ele se apropria do lugar o transfigurando no seu espaço de trabalho, e vivificando, com os demais ocupantes, as disputas e os laços sociais.

### **1.3 - Um núcleo de pescadores nordestinos em Copacabana?**

Em uma das primeiras entrevistas, descobriu-se que muitos pescadores, como o vice-presidente da Colônia, José Manoel Pereira Rebouças, veio do Ceará. Desse modo, pelas entrevistas, percebeu-se que a maioria nasceu no Nordeste, ou é filho de nordestino.

Sabe-se que o Nordeste exportou mão-de-obra para todos os estados das regiões Sul e Sudeste, e, que esses migrantes se inseriram nos mais diferentes ramos de atividades, portanto, também estão na pesca. No trecho da entrevista com o vice-presidente José Manoel, ele discorreu sobre o motivo que o levou a migrar para o Rio de Janeiro.

Bem. A minha vinda, assim, ao Rio de Janeiro. Eu tenho uma irmã, e ela bem cedo, ela casou, teve filhos... E aí o casamento dela não foi assim, muito legal, chegou a hora que, cedo, ela resolveu se separar, e uma das saídas foi a minha mãe, com certeza, incentivou 'ela' a vir aqui pro Rio de Janeiro porque aqui tinha umas pessoas conhecidas da família da minha mãe. E aí, o que acontece? Essa minha irmã veio pra cá, e chegou um tempo que, que, a minha mãe pediu pra deixar uma filha dela aqui no Rio, e foi aí que 'foi' a minha vinda ao Rio, entendeu? E dessa vinda eu acabei ficando aqui no Rio, entendeu? Na época, é... Na época 'que' eu vim deixar essa pessoa, da filha da minha irmã, eu... Meu casamento já não tava muito seguro, entendeu? E aí, eu acho que não sei... Eu digo assim, hoje, né? É... Foi a

saída pra que vida tivesse assim como eu estou, entendeu? Eu acho que foi isso. (informação verbal)<sup>45</sup>

Ao conhecer a Colônia Z13, o senhor José Manoel se interessou pelo lugar, manifestou o desejo de morar na comunidade e de exercer a atividade da pesca. Foi aceito pelos pescadores locais. Hoje, além dele, exercem profissão igual dois de seus filhos. Portanto, daqueles que foram entrevistados e, também, aqueles com os que se conversou sem entrevistar formalmente, foi possível constatar que a maioria esmagadora é oriunda do Nordeste.

Essa realidade da colônia que agrega, também, pescadores de outros estados, como Goiás, é um local híbrido, cheio de representações, sotaques, crenças e, claro, disputas que acontecem no mar e nas areias. Há, além dos códigos escritos nos estatutos e regulamentos, um código de amigos que diz, por exemplo, que aquele que volta do mar e vir outro pescador esperando para atracar, deve ficar na fila, jamais tentar passar à frente.

Apesar das disputas por locais onde “largar” a rede, como vender mais rápido o seu peixe para evitar de ter gasto com gelo, etc., existe um sentimento de coletividade claramente perceptível através de processos de entrada e saída do mar. Todos auxiliam todos, em uma espécie de técnica sincronizada. A seguir, fotografia tirada na manhã de 26 de maio de 2018. Neste dia, acompanhou-se o senhor José Manoel na ida ao mar.

---

<sup>45</sup>Entrevista concedida por REBOUÇAS, José Manoel Pereira. Entrevista 10. [maio de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (1h52m16s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação. P. 05.



Fotografia 01 pescadores unidos para colocarem o barco do senhor José Manoel no mar.<sup>46</sup>

Nas manhãs de Copacabana, o silêncio é rompido pelo grito de algum pescador, pedindo ajuda para colocar o barco no mar. Em seguida, até mesmo os que estão envolvidos nos seus próprios trâmites, param para auxiliar aquele a sair. Parece uma espécie de dança, a colaboração entre estes trabalhadores, advento este que já foi observado por Roberto Kant de Lima, quando fez seu estudo sobre os pescadores da colônia de Itaipu.

Os pescadores que eventualmente não “ajudam” sofrem sanções “morais”, a mais explícita delas sendo a não-retribuição do auxílio quando necessitado por eles, já que todas as pescarias têm praticar essa operação para exercer a atividade produtiva. Não cooperar é romper a reciprocidade na troca de serviços, não apenas entre pescarias ou seus

---

<sup>46</sup> Fotografia tirada pela autora em 26 de maio de 2018. Todos os clicados na fotografia são pescadores da colônia, no entanto, somente o senhor Manoel e seu filho Manasi saem neste barco.

proprietários, mas ainda entre todo o grupo de pesca. (LIMA, 1997, p.147)<sup>47</sup>

As relações de sociabilidades entre os pescadores vão muito além daquelas possíveis durante a prática da pesca. É muito comum, aos domingos, depois de encerradas as atividades pesqueiras, os pescadores se reunirem, na colônia, para confraternizarem através da comensalidade de pescados. Essa confraternização pode ocorrer, somente, entre os pescadores, mas, em muitas vezes, ela se estende aos outros “habitantes” das areias, ou seja, os vendedores ambulantes.

Essas reuniões de pescadores, também, foram observadas em Itaipu “(...) nesses barracões, são também feitas ‘comemorações’, ‘mariscadas’, reafirmando-se com a comensalidade os laços de identidade e solidariedade dos pescadores (LIMA, 1997, p.161)”.

Na sede da Colônia é comemorado o dia de São Pedro. Esse é um dos aspectos mantidos pelos pescadores desde sempre, festejado, anualmente, pela Colônia, com recursos próprios. De acordo com a Katia Janine (presidente da Colônia), é vivida todos os anos, exatamente no dia 29 de junho, não importando em qual dia da semana a data esteja. Essa festa tradicional começa no período da manhã, tem início com um almoço oferecido para os pescadores, seus familiares e convidados. Na lista de convidados, estão autoridades e membros de ONGs, como o Instituto MarAdentro. Por volta das 18:00, é celebrada uma missa, pelo Padre José Roberto, da Igreja da Ressurreição, que vem, até a Colônia, para comemorar em oração o dia do padroeiro dos pescadores. Encerra-se a comemoração com um bolo e canjica, divididos entre os presentes que, também, dividem a limpeza do local.

---

<sup>47</sup> LIMA, Roberto Kant de. E PEREIRA, Luciana Freitas. *PESCADORES DE ITAIPU – Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do rio de Janeiro*. Niterói – RJ. EDUFF. 1997. Pg. 147.

#### 1.4 – As funções e utensílios de trabalho dos pescadores.

Para compreender a atividade pesqueira desta comunidade, faz-se necessário, antes, saber que eles fazem parte de uma comunidade tradicional, que pode ser compreendida pelo texto do Decreto 6040/07 | Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre quais são os sujeitos atendidos e enquadrados nesta designação para efeitos de permanência e proteção por meio de políticas públicas. Nesse decreto, os pescadores são considerados pertencentes a comunidades tradicionais.<sup>48</sup>

Pelo referido Decreto, comunidades tradicionais são, obrigatoriamente, atendidas pelos poderes públicos. Como é o caso dos pescadores artesanais para lhes garantir meios e condições para a manutenção de suas atividades e comunidades. Contudo, de acordo com os depoimentos dos pescadores, não é exatamente isso que acontece. Para Katia Janine - presidente da Colônia, (informação verbal)<sup>49</sup> o poder público, inclusive, é bastante omisso. Perguntada em que são auxiliados, eis a resposta: *“Em nada! A gente não tem apoio deles”*.

Mediante o exposto acima, talvez, seja possível compreender a precariedade dos apetrechos utilizados pelos pescadores nesta Colônia. Alguns desses apetrechos são fabricados pelos próprios pescadores, com sobra de material de construção – caso do leme e da bomba usada para retirada de água empoçada nos barcos. Há uma necessidade pujante de manutenção da sede, bem como de seu entorno.

---

<sup>48</sup> O texto completo sobre a designação de Comunidade Tradicional pode ser encontrado em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>. Visitado em: 11 de setembro de 2018.

<sup>49</sup>Entrevista concedida por MIRANDA, Katia Janine Oliveira de. Entrevista 03. [fevereiro de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (47m10s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação. P. 08.

### 1.5 - Modalidades Pesqueiras

Uma das modalidades de pesca, exercidas pela maioria dos pescadores deste núcleo, é a pesca de espera, ou seja, a rede é deixada no mar em um dia e retirada no outro, portanto, a rede fica na “espera” de o cardume de peixe passar por ela. No entanto, as especificidades pesqueiras das Colônias se alteraram ao longo dos anos. Não há registro do tipo de pescaria praticada pelos índios. A primeira modalidade identificada é a chamada de “arrastão em pedaços.” De acordo com a apostilha do Curso de conhecimento tradicional da Pesca, elaborada pelo Projeto Ilhas do Rio, que está inserido no Instituto Mar Adentro, o termo é utilizado em razão da forma como eram confeccionados os fios das redes.

A rede era confeccionada manualmente com fios de algodão que eram colocados em tachos de cobre sob altas temperaturas com o “caldo” das cascas de aroeira ou cajueiro que se aderiam aos fios. Após serem colocados para secagem e mais resistentes os fios eram unidos. Por isso o termo “aos pedaços”. (SILVA, 2012, p.09)<sup>50</sup>

Hoje, os pescadores do núcleo do Posto Seis praticam três tipos de pesca: a de rede espera, a de linha e a de caça-submarina. A de rede de espera é a que tem maior número de pescadores, portanto, aquela que envolve a maior quantidade, também, de apetrechos para sua execução.

Até o final da década de 1950, a pesca de arrastão predominava. Todavia, com a chegada de novas tecnologias, as modalidades pesqueiras foram se alterando, especialmente, em função dos fios para fabricação das redes. O surgimento do náilon e da seda proporcionou a fabricação da corvineira

---

<sup>50</sup> SILVA, Elisabetta et al. *Curso de conhecimento tradicional da Pesca*. Rio de Janeiro: Alphagraphics, 2012, pg. 09.

(rede para a pesca da corvina). Esta rede com fabricação industrial, hoje, substituiu a artesanal; especialmente, em razão do custo de fabricação.

O tipo de rede mais utilizado é a rede de espera de fundo, isso porque os pescadores deixam a rede no mar em um dia e as retiram no dia seguinte. Este tipo de rede tem, como exemplos, a corvineira, a linguadeira e a come-dorme. O que define o tipo de rede é o tamanho da malha, ou seja, quantos centímetros tem a malha medida entre dois nós opostos.

Pela localização geográfica onde os pescadores do núcleo do Posto Seis executam a pescaria, a pesca de espera é a que tem menor probabilidade de deixar o pescador sem trabalho em razão do período de defeso. Mesmo consciente do direito ao recebimento de um salário mínimo do governo federal, os pescadores, em grande parte, preferem continuar pescando a receber o seguro-defeso.<sup>51</sup>

A Colônia Z-13 utiliza, em grande escala, a Corvineira que serve, também, para capturar outros peixes, e deixa os menores, aqueles que ainda não estão “prontos” para o abate, portanto, sem valor comercial. Para confecção dessas redes, alguns materiais são necessários, como:

---

<sup>51</sup> Criado para dar garantias de renda aos pescadores artesanais de todo o País, o seguro-defeso é o benefício destinado aos profissionais que ficam impossibilitados de trabalhar no período de defeso – meses em que a pesca para fins comerciais é proibida devido à reprodução dos peixes.

De acordo com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, 949.306 pescadores recebem o auxílio atualmente. São eles os responsáveis pela produção de 760 mil toneladas de pescado por ano no País.

Para ter direito à assistência financeira temporária, o trabalhador deve comprovar que exerce a pesca de maneira ininterrupta. O benefício corresponde ao valor de um salário mínimo e é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Texto retirado do site: <http://www.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia/2018/08/seguro-defeso-saiba-quem-tem-direito-e-como-solicitar-o-beneficio>. Visitado em 02 de outubro de 2018.

**Boias:** que podem ser de cortiças ou poliestireno, são fixadas na parte superior da rede. A distância entre elas, bem como a quantidade, depende do tamanho da malha.

**Chumbo:** utilizados para manter a rede no fundo do mar, são fixados na parte inferior e podem ser alocados dentro das cordas (cabos), ou colocados em forma de anéis metálicos.

**Pano:** é a “rede”, ou seja, tecida com o nylon, vira um tecido no qual são colocados os adereços para transformá-la em rede. O tamanho depende da necessidade de cada pescador, pode ser maior ou menor, e a malha entalhada varia em concordância com o tipo de peixe que se pretende pescar.

**Cabo:** utilizado para fixar boias e chumbos é, também, nele, que os pescadores prendem a âncora que manterá a rede no local onde foi “largada”; bem como, na outra ponta, a boia grande que possibilitará que a rede seja visualizada pelos pescadores.

**Agulha:** material utilizado para confeccionar e/ou consertar as redes. Pode ser de polietileno, ou de madeira (esta última, menos comum), e seu tamanho depende do tipo de rede para a qual será usada.

**Linha:** usa-se a linha para manufaturar a rede e, também, para entalhar, ou seja, coser os panos aos cabos e unificá-los com todos os petrechos necessários à sua completude. Esta linha precisa ter a mesma espessura, a saber, a linha do pano precisa ser exatamente igual a de costura.

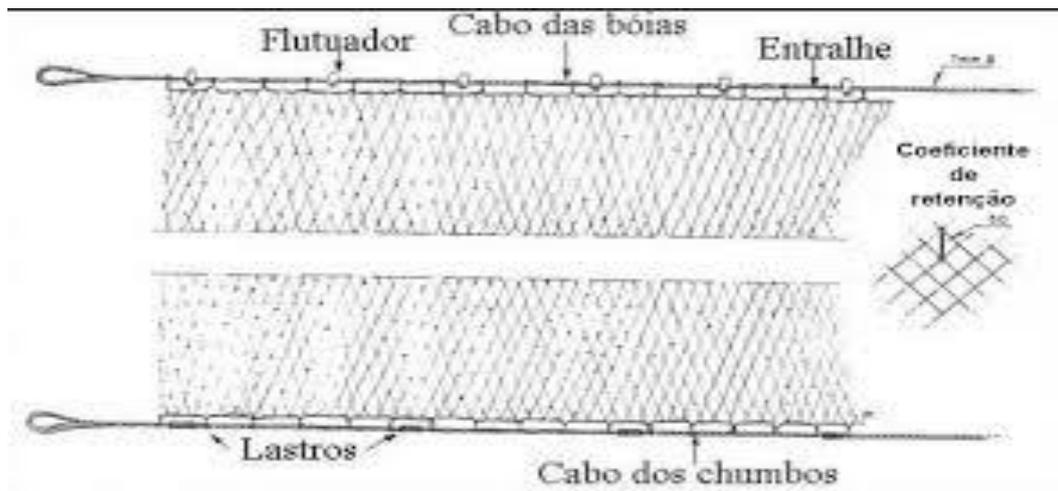


Figura 01 – Esquema de rede de emalhe, utilizada para a pesca de espera.<sup>52</sup>



Figura 02 - Medida da malha da rede de pesca.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> Figura extraída do site: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/dissertacao11.pdf> em 28 de setembro de 2018.

<sup>53</sup> Figura retirada do site: [https://www.google.com.br/search?q=rede+de+espera+pesca&gl=br&hl=pt-BR&tbm=isch&tbs=rimg:CWM\\_1d2OAUej8ljhaN5zrhwaTrspSBDYI3TJyIpRNjrY8S6kBeY23xJgh1YVAjLeLKN8j8ETNsZnBn21pFPoHIu2DioSCVo3nOuHAC2uEVj3D8vs-lfBKhlJyIIENiXdMnIRmAMukPtQjUqEgkilE2OtjxLqRHkYwBJ37e7bSoSCQF5jbfEmCHVEVaF-ENbq-uEKhlJhUCMt4so3yMR\\_1MQeGyCecroqEgnwRM2exmcGfRFY9w\\_1L7PpXwSoSCbWkU-gci7YOEZdMiDUA0LaJ&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwj9zYHd8t3dAhUB7IMKHTw5DrIQ9C96BAGBEBg&biw=1093&bih=521&dpr=1.25#imgrc=3fDndZfX54FNdM](https://www.google.com.br/search?q=rede+de+espera+pesca&gl=br&hl=pt-BR&tbm=isch&tbs=rimg:CWM_1d2OAUej8ljhaN5zrhwaTrspSBDYI3TJyIpRNjrY8S6kBeY23xJgh1YVAjLeLKN8j8ETNsZnBn21pFPoHIu2DioSCVo3nOuHAC2uEVj3D8vs-lfBKhlJyIIENiXdMnIRmAMukPtQjUqEgkilE2OtjxLqRHkYwBJ37e7bSoSCQF5jbfEmCHVEVaF-ENbq-uEKhlJhUCMt4so3yMR_1MQeGyCecroqEgnwRM2exmcGfRFY9w_1L7PpXwSoSCbWkU-gci7YOEZdMiDUA0LaJ&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwj9zYHd8t3dAhUB7IMKHTw5DrIQ9C96BAGBEBg&biw=1093&bih=521&dpr=1.25#imgrc=3fDndZfX54FNdM). Visitado em 28 de setembro de 2018.

Para a pesca de linha existem três modalidades, a saber: Espinhel, Chicote e Corrico. Cada uma, com sua especificidade, necessita de materiais, tais como boias, chumbadas, anzóis, distorcedores e iscas artificiais; além de destreza para a confecção das linhas e montagem dos anzóis.<sup>54</sup>

Por fim, a pesca com caça-submarina é aquela praticada através do mergulho livre – apneia –, ou seja, o pescador não utiliza nenhum equipamento para auxiliá-lo na respiração. Ele utiliza arpão, arbalete ou qualquer arma de pressão que seja correlata a estas. É um tipo de pesca solitária, pois cada pescador vai para o mar sozinho, normalmente, utilizando um caiaque para suas entradas ao mar. Sendo, também, uma pesca bastante seletiva, pois pressupõe a captura de poucos espécimes, como o polvo.

Este último tipo de pesca, também, é utilizado pelos pescadores para a captura de mariscos, especialmente, aqueles que ficam incrustados nas pedras próximas às ilhas Cagarras<sup>55</sup>. Local este com restrição de pesca em razão de ser uma unidade de conservação ambiental, portanto, proibida para pesca em seu entorno. Há uma delimitação de espaço, onde os pescadores não são autorizados a praticarem suas atividades pesqueiras.

---

<sup>54</sup> SILVA, Elisabetta at all. *Curso de conhecimento tradicional da Pesca*. Rio de Janeiro: Alphagraphics, 2012, pgs. 21, 22 e 23.

<sup>55</sup> Em abril de 2010, o grupo de ilhas situadas a apenas 5km da praia de Ipanema, tornou-se a primeira Unidade de Conservação (UC) marinha de proteção integral da cidade do Rio de Janeiro, denominada de Monumento Natural das Ilhas Cagarras (MoNa Cagarras).

Tem como finalidade preservar os remanescentes de Mata Atlântica, os refúgios e ninhas de aves marinhas e a beleza cênica das ilhas Cagarra, Filhote da Cagarra, de Palmas, Comprida, Redonda e Filhote da Redonda. A UC apresenta uma área de 87 hectares, incluindo tanto a parte emersa quanto o ambiente marinho em um raio de 10 metros em volta de cada ilha.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o órgão ambiental responsável pela gestão dessa UC, na qual são permitidos diversos usos públicos como pesquisa, educação ambiental e visitação, de acordo com as normas vigentes. Disponível em: <http://www.maradentro.org.br/artigos/51-o-monumento-natural-das-ilhas-cagarras-e-o-projeto-ilhas-do-rio>. Visitado em 04 de outubro de 2018.

### 1.5.1 - Bens e utensílios

Além das redes e armas para executarem suas funções, os pescadores necessitam de alguns apetrechos, tais como:

- **Barco** – o utilizado pelo núcleo é um barco pequeno com motor de centro movido a diesel, e acionado por manivela com tamanho de cinco metros. Para a utilização deste barco, faz-se necessário, também, um “timão”, que vem a ser o leme manufaturado pelos próprios pescadores com aproveitamento de materiais e uma bomba para escoamento da água. Esta, também, confeccionada pelos pescadores, com materiais adaptados, isto é, pedaços de canos, um cabo de vassoura e borracha para vedação adaptada de material de construção.<sup>56</sup>



Fotografias 02 e 03 – Senhor José Manoel segurando a bomba e o leme e, o barco utilizado por ele e seu filho para a pesca<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> Este utensílio não necessariamente é do pescador, muitos barcos são de terceiros e, trabalham numa espécie de parceria. (Tema será abordado mais a frente).

<sup>57</sup> Fotografias tirados pela autora em 28 de março de 2018.

- **Guincho** – um motor que fica protegido por uma cobertura colocado no solo, imediatamente após o fim dos boxes, onde são comercializados os peixes. É bastante precário. São utilizados pedaços de madeira para acionamento do motor. Ligado a um cabo de aço, que é guiado por argolas de ferro chumbadas ao chão, este cabo de aço é preso aos barcos para puxá-los do mar quando do retorno da pescaria. A falta desse guincho é um transtorno para os pescadores. Este é um bem de uso comum, portanto, propriedade da Colônia com manutenção a cargo da diretoria.

- **Caixa de isopor**: utilizada para acondicionar gelo que é levado ao mar. Tão logo fazem a puxada da rede, este gelo é usado para já preservar os peixes, que são selecionados de acordo com o grau de perecimento de cada espécie. O tamanho de cada caixa varia de barco para barco e é um material individual.

Além desses materiais acima descritos, tem os pequenos utensílios utilizados pelos pescadores, como: as luvas improvisadas para protegerem as mãos na hora da puxada das redes; os baldes para ajudarem no escoamento da água dos barcos; as cordas que estão sempre nos barcos; as lonas que cobrem esses bens; a balança de precisão que é compartilhada entre os pescadores; material de escritórios, etc. Todos esses itens compõem os bens patrimoniais da Colônia, portanto, sua cultura material, alguns construídos pelos pescadores, alguns adquiridos, e outros doados; porém, todos parte de uma cultura de trabalho e vivência mantidas nesta localidade há mais tempo do que o nome do bairro.

As construções que compõem a Colônia sofreram uma reforma quando da administração do Prefeito César Maia, de acordo com a Presidente da Colônia, já, praticamente, no final desta gestão. Após esta reestruturação, a disposição das construções ficaram da seguinte forma:

- **Boxes de venda**: Edificados no centro do “território” da Colônia, são, no total de 20, com bancadas frias para exposição dos pescados. Por uma questão de economia de energia e de falta de material, como a balança de precisão

necessária para a pesagem antes da venda do peixe, apenas a metade desses boxes são utilizados. Estão dispostos em um corredor que separa em dois blocos de 10, sendo que os blocos mais próximos da avenida são os utilizados. Pois assim, ficam mais perto dos clientes que, em alguns casos, são passantes e, ao verem os peixes, acabam parando para comprar.

- **Boxes de armazenamento:** Esses são locais utilizados pelos pescadores para guardarem seus pertences e, no caso do box do senhor José Manoel, serve, também, como local de vigia. Ele e seus filhos se revezam, e, todas as noites, dormem, na colônia, para tomarem conta do patrimônio da Colônia. Os demais utilizam como depósito mesmo. Durante a pesquisa, descobriu-se que havia um pescador passando por uma situação difícil. Ele tinha sido despejado, e estava “residindo” na Colônia. Mas, ao que consta, isso é evitado, ao máximo, pelos próprios pescadores. Procuram, com isso, manterem aquilo que lhes foi permitido para uso, ou seja, apenas para trabalharem.

- **Escritório e Peixaria:** O escritório, uma sala relativamente pequena, é organizada para comportar a parte documental, burocrática e histórica da Colônia. Ali, estão guardados todos os pertences documentais que lhes são necessários. Muitas coisas foram trazidas da outra sede que, de acordo com Katia (presidente da colônia), pegou fogo e destruiu quase tudo. Aliás, o que restou é porque, um dos pescadores que sempre se preocupou com a sua história, tinha levado para sua casa algumas coisas, e, depois da instalação da nova sede em Copacabana, trouxe esse material. A peixaria é um espaço que a Colônia aluga a terceiros para conseguir receita e, assim, manter em dia as obrigações com os dois funcionários e a manutenção dos equipamentos.

- **Banheiros:** São dois espaços utilizados pelos pescadores e, também, pelos turistas e/ou passantes. Para estes últimos, é cobrado uma taxa de R\$ 3,00 ou R\$ 6,00, dependendo do uso a ser feito. O valor arrecadado é, também, uma forma de monetizar o espaço a ajudar na manutenção da estrutura.

- **Praça:** No limite do território da Colônia, do lado esquerdo para quem está olhando o mar da Avenida Atlântica, foi restaurado há pouco um espaço que virou uma linda praça. Essa restauração foi patrocinada por uma parceria feita entre a Colônia e uma empresa de esportes náuticos. Eles treinam seus alunos de natação, exatamente, no espaço onde os barcos saem e chegam, portanto, nessa relação de troca, a reforma foi efetuada.

- **Igrejinha:** Tradicionalmente católica, a Colônia sempre teve a sua fé edificada através de seu templo. A antiga foi destruída em 1918.<sup>58</sup> Por algum tempo, havia somente um altar onde ficavam dispostos os Santos. Na última reforma, porém, uma nova “igrejinha” foi edificada. É uma espécie de capela, onde estão mantidos os locais das imagens dos santos, e serve para reuniões. Agora, em parceria com o Instituto Mar Adentro, é, também, utilizada para exposições do projeto Ilhas do Rio. (Este tema será abordado posteriormente).

---

<sup>58</sup> A Igrejinha de Copacabana, ficava no promontório onde hoje fica o forte de Copacabana. Foi desapropriada por decreto de 20 de março de 1918 e demolida no mesmo ano. A imagem de Nossa Senhora de Copacabana foi recolhida pela família Tefé a sua residência em Corrêas, Petrópolis. O fundador e a data em que foi edificada ficaram perdidos no tempo. Sabe-se apenas que era antiquíssima. Já em 1732 o bispo Frei Antônio de Guadalupe, estando a ermida em ruínas, ordenava consertos no telhado, paredes e alpendres. Texto encontrado em Memória Viva. [www.memoriaviva.com.br](http://www.memoriaviva.com.br). Visitado em 16 de setembro de 2018.



Fotografia 04 – a Igrejinha hoje, repaginada e com utilidades diversas.<sup>59</sup>

Historicamente parte da paisagem da praia de Copacabana, o núcleo do Posto Seis da Colônia Z-13 passou por algumas transformações, assim como o bairro foi se remodelando e aceitando novos pescadores. Desta maneira, mantém-se, com toda sua representatividade e valor de trabalho, para seus integrantes.

No próximo capítulo serão discutidas questões relativas aos modos de viver e de morar, divisão monetária e outros, ou seja, a cotidianidade dos pescadores artesanais no Posto Seis em Copacabana.

---

<sup>59</sup> Fotografia tirada pela autora em 28 de maio de 2018. Como explicado acima, hoje representa para a comunidade pesqueira muito mais do que uma igreja, é local onde se discutem temas diversos, ministram-se cursos e se mantem uma exposição constante, mudando apenas os objetos expostos, sendo que todos esses objetos são ligados a preservação ambiental das ilhas cagarras.

## CAPÍTULO II

### OS PESCADORES

#### O cotidiano

O pescador, seja ele do mar, dos rios ou dos açudes, é um trabalhador que escolheu, ou foi escolhido, por uma profissão tão antiga que, já nos escritos bíblicos, está lá como aquele que deve alimentar aos demais. Romantizados nas religiões como mostra o trecho abaixo, na realidade, são trabalhadores precários e, como diz Marx<sup>60</sup>, carentes em essência, pois são seres humanos.

Em seguida, Jesus diz a Pedro: “Vá para onde é fundo, e abaixem as suas redes para uma pesca.” Pedro diz em resposta: “Instrutor, trabalhamos arduamente a noite toda e não apanhamos nada, mas, como o senhor pediu, abaixarei as redes.” — Lucas 5:4, 5.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> COSTA, Monica Hallak M. da – “A Exteriorização da Vida nos Manuscritos Econômico – Filosóficos de 1844.” IN: *Revista Ensaios Ad Hominem - Tomo IV – Dossiê Marx*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem / Ijuí (RS): Editora Unijuí, 2001. Pg. 169. (...): “Um ser só se considera autônomo quando é senhor de si mesmo, e só é senhor de si quando deve a si mesmo seu modo de existência. Um homem que vive graças a outro se considera a si mesmo um ser dependente, vivo, no entanto, totalmente graças de outro, quando lhe devo não só a manutenção da minha vida, como também o fato de que além disso criou minha vida; e minha vida tem necessariamente o fundamento fora de si mesma quando não é minha própria criação.

A própria vida humana, portanto, é a confirmação da interdependência efetiva que é a característica de toda objetividade. Ou seja, a recriação contínua dos homens é a prova cabal de que “minha vida tem necessariamente o fundamento fora de si mesma”. Marx citando Aristóteles, afirma: “tu foste engendrado por teu pai e tua mãe, isto é, o coito de dois seres humanos, um ato genérico dos homens produziu em ti o homem. (COSTA, 2001, p. 169)

<sup>61</sup> Texto retirado do site: <https://www.jw.org/pt/publicacoes/livros/Jesus-o-Caminho-a-Verdade-e-a-Vida/Seção-3-O-grande-ministério-de-Jesus-na-Galileia/discipulos-pescadores-de-homens/> Acessado em 30 agosto de 2018.

Ao romantizar o pescador, não o perceber enquanto um trabalhador explorado pelo sistema, e altamente precário pela sua condição de trabalho, ainda lhe imputam adjetivos que o qualificam como um indolente, pois dizem que gostam da pesca justamente por serem “livres”.

Assim, é fácil prever as críticas de algumas instituições da sociedade abrangente, de que, “pescador” é “indolente”, “preguiçoso”, “imprevidente”. Como também é fácil prever a devastação causada em nosso litoral pelo deslocamento dos grupos de pesca locais, cuja indenização é “consumida” e não “capitalizada, porque “pescador”, como diz um mestre, “não tem jeito, gasta tudo em bebida e mulher”, “hoje tem, marginalidade, mas reflexos da própria estrutura da produção e das concepções de tempo nela implicadas.(LIMA, 1997, p.246)<sup>62</sup>

Na citação acima, o autor se baseia em Bourdieu que, ao analisar os trabalhadores que interagem diretamente com a natureza, e desta são subordinados para subsistirem, tornam-se dependentes dos ritmos; portanto, submissos ao ritmo da natureza.

(...) Esta sociedade desenvolve toda uma arte de passar o tempo, ou melhor, de tomar seu tempo, em que a polidez e a arte de conversas são um aspecto essencial. A mesma diferença diante do tempo, do horário e da exatidão aparece em todos os comportamentos. (BOURDIEU, 1963, p. 39, apud LIMA,1997, p. 246)<sup>63</sup>

Portanto, esses trabalhadores, além de enfrentarem suas lutas diárias para conseguirem seus sustentos, encaram as lutas externas e internas no que tange à questão comportamental. Pois, dentro de suas comunidades, e com seus iguais, são chamados de não produtivos, ainda que seu trabalho, ou modo de vida, tenha sido escolhido, justamente, em razão da não rigidez dos horários. No entanto, algo muito importante a ser visto é, justamente, a sisudez da hora da pesca.

---

<sup>62</sup> LIMA, Roberto Kant de. E PEREIRA, Luciana Freitas. *PESCADORES DE ITAIPU – Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do rio de Janeiro*. EDUF: Niterói – RJ, 1997. Pg. 246.

<sup>63</sup> Idem

Nas entrevistas realizadas, ressoam alguns lugares comuns: “pescador é bicho difícil”; “gasta tudo que ganha”; “tem os maconheiros”. Enfim, mesmo no convívio dos próprios pescadores, existe uma espécie de segregação entre os “bons e os maus”. Talvez, por uma questão da não compreensão de quão precárias são as suas condições de trabalho. Para Judith Butler, é preciso um novo entendimento:

Contudo, quero demonstrar que, se queremos ampliar as reivindicações sociais políticas e sobre os direitos à proteção e o exercício do direito a sobrevivência e à prosperidade, temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e pertencimento social (BUTTLER, 2016, p.15)<sup>64</sup>.

A despeito de toda uma estrutura que não considera a precariedade da vida dessas pessoas, a começar pela não compreensão da fragilidade do ser humano, apenas e tão somente, por ser humano. A incapacidade da humanidade em se desnudar, para assim, o outro se mostrar em sua plenitude, ou seja, o ser como é, precário e carente de outrem, leva à intolerância e à falta de alteridade.

A não complacência do homem com seus pares expõe o que, para Emmanuel Lévinas, é a inexistência de humanidade:

Não é porque há o homem que há verdade. É porque o ser em geral se encontra inseparável de sua possibilidade de abertura, porque há verdade ou, se se quiser, porque o ser é inteligível é porque existe a humanidade (LEVINAS, 1997, p.22)<sup>65</sup>.

E assim, dentro da precariedade do ser, o pescador se reinventa, resiste ao progresso e mantém sua atividade na Colônia a despeito das imposições da valorização imobiliária. Perderam suas moradas que, antes da onda

---

<sup>64</sup> BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto?* 2. Ed. Trad. Sergio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pg. 15.

<sup>65</sup> LEVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Trad. Petrópolis: Vozes, 1997, pg. 22.

desenvolvimentista, eram, ali, na própria praia. Mantiveram seu posto de trabalho, e exercem sua profissão, além de viver nas areias de Copacabana cotidianamente.

Abaixo, observa-se um mapa que mostra onde cada uma das Colônias de pescadores artesanais do Rio de Janeiro está alocada. Este mapa não contempla os núcleos, somente as sedes. A Z-13 ocupa o último espaço de areia antes do forte de Copacabana.



Mapa 01 – localização das Colônias de Pescadores do Rio de Janeiro, material cedido pela FIPERJ.

## 2.1 - As múltiplas atividades dos (as) pescadores (as)

Neste cotidiano de convivência, as representações são vividas diariamente. Entre os pescadores, há aqueles que exercem outras atividades. Um deles, o Manassi da Silva Rebouças faz parte do quadro de funcionários do

instituto Mar Adentro, enquanto expositor do projeto Ilhas do Rio, projeto este que será abordado mais adiante. No entanto, cabe salientar que se trata de uma parceria entre instituto e Colônia, com patrocínio Petrobras.

Todos os entrevistados, e, também, aqueles com quem somente se conversou, deixaram evidente uma segunda atividade. Alguns usam a tarde, depois do encerramento das vendas, para consertarem suas redes, sendo este seu segundo trabalho. Outros usam o período vespertino para praticarem atividades remuneradas diversas, tais como pinturas e pequenos reparos domésticos remunerados. Um deles é músico e, portanto, quando lhe é possível, faz shows para os conterrâneos, como ele mesmo narra: *“porque minha outra atividade lá na comunidade, né, porque eu trabalho com música também”* (informação verbal)<sup>66</sup>.

Dentre as mulheres, além da jornada dupla exercida por estas (à atividade na Colônia, somam-se os afazeres domésticos), as suas obrigações são de cunho de sustentáculo da família. Pelo menos para uma delas, viúva, é responsável pelo sustento da casa e pelo cuidado com a mãe, já idosa de 87 anos; além de um irmão com problemas mentais. Divide a residência, um apartamento na Cruzada São Sebastião<sup>67</sup>, com mais seis pessoas, e, como relatado por ela, a pesca é, apenas, um dos seus trabalhos:

“– Eu faço biscate no prédio, eu faço biscate. O que pintar eu ‘tô pegando.’ – Você me falou da outra vez alguma coisa de...’–Ah, se tiver

---

<sup>66</sup> Entrevista concedida por NASCIMENTO, Raimundo Gil do. Entrevista 04. [fevereiro de 2018] Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (14m26s) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 3.

<sup>67</sup> A Cruzada São Sebastião, é uma comunidade idealizada por Dom Helder, como bem lembrou uma das entrevistadas. Em Janice E. Perlman – *O MITO DA MARGINALIDADE – Favelas e política no Rio de Janeiro*; e em Lícia do Prado Valladares – *A invenção da favela - Do mito de origem a favela.com*, é possível encontrar referência sobre a Cruzada. O tema será abordado novamente quando for falar sobre as moradias dos pescadores.

de pintar um salão, fazer faxina, eu faço.’ – ‘Cê’ faz isso sozinha ou você e seus filhos... – Não, sozinha, sozinha, sozinha” (informação verbal)<sup>68</sup>.

Portanto, a vida dos pescadores, naquilo que diz respeito a seus afazeres diários, são dias que têm início na madrugada e, normalmente, estendem-se até o final da tarde. A pesca acaba sendo apenas uma das atividades desses trabalhadores e trabalhadoras que, para equilibrar as contas diárias, exercem múltiplas atividades e, assim, provêm o sustento de suas famílias.

## **2.2 – A divisão monetária do trabalho**

A Colônia, dividida em seus núcleos, dá, a cada um, a liberdade de comercialização do fruto do trabalho de cada pescador. O núcleo do Posto Seis faz a venda direta, ou seja, sem a utilização de atravessadores que comercializam os seus pescados ainda frescos.

Apenas quando a quantidade de pescados é muito grande, eles deixam sob congelamento, e disponibilizam, através da peixaria que fica ao lado, para venda. Aliás, o prédio da peixaria pertence à Colônia que a aluga para se capitalizar e cobrir os custos operacionais, tais como pagamento de funcionários e manutenção dos bens que são de uso comum.

A estrutura do Posto Seis funciona em divisões que eles chamam de “partes”. Ou seja, depois que todo pescado é vendido, o dinheiro arrecadado é dividido em seis partes iguais. Porém, no caso da venda efetuada pelo pescador que arrenda o barco da Rosangela, como ele trabalha com mais dois pescadores, a divisão é feita da seguinte maneira: “*Não. Aí fica: ele, como tá no*

---

<sup>68</sup> Entrevista concedida por MARCONI, Tânia Souza. Entrevista 02. [fevereiro de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (13m58s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 4

*barco, tomando conta do barco, ele ganha duas 'parte', eu ganho duas 'parte' e os dois 'menino' cada um ganha uma" (informação verbal)<sup>69</sup>*

Essa divisão segue uma regra geral. O dono do barco, que também é pescador, acaba ficando com um valor maior, e, se ele ainda vender seu peixe, não precisa pagar a porcentagem ao vendedor. Conseqüentemente, na divisão, ele acumula quatro partes do valor. Se sair com apenas mais um pescador, ficará então com cinco partes.

Copacabana tem suas peculiaridades e uma delas é preço do pescado. Segundo a pesquisadora Francyne, o valor praticado ali é o mais alto da cidade, tornando as areias do lugar uma espécie surreal por ser Zona Sul.

“E ali eles descarregam e a comercialização acontece ali também. E assim os preços que a gente tem visto de venda ali são muito mais elevados que em qualquer lugar do resto do litoral do Rio de Janeiro consegue – Sério? – Você pagar R\$20,00 pelo quilo de uma corvina ali é irreal assim, por quê? Porque é Zona Sul do Rio de Janeiro, entendeu? (informação verbal)<sup>70</sup>

O trabalho dos pescadores precisa se transformar em capital. Para isso, é feita a venda dos pescados ali mesmo, fato que ocorre já há muito tempo, como citado. A comercialização é feita pelo próprio pescador, ou por seu pré-posto. Neste caso, a divisão dos dividendos segue o já explicitado.

A facilidade na venda e, por conseguinte, o acesso ao dinheiro diariamente, preocupa um dos pescadores. De acordo com ele, essa facilidade pode gerar dificuldades, ou seja, pode gerar uma sensação de confiança que na verdade é falsa.

---

<sup>69</sup>Entrevista concedida por OLIVEDO, Rosângela Bernardo. Entrevista 05. [janeiro de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (20m21s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 04.

<sup>70</sup> Entrevista concedida por VIEIRA, Francyne Carolina dos Santos. Entrevista 12. [janeiro de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo em mp3 (57m50s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 20.

É o caso da Z-13, a Z-13 'cê' vê que os pescadores, vários deles, não consegue descobrir esse segredo, e às vezes, o que 'que' é isso? Vai 'pro' mar às seis horas da manhã, nove horas tá em terra, meio-dia tá com o dinheiro que fez. “– Seis horas da tarde gastou inteira.” – Entendeu, então assim: se ele tivesse passado três dias no mar, essa produção ele ia receber quando chegasse, não é, então o que acontece? É, é, é... São coisas que precisam trabalhar muito com esses detalhes...(informação verbal)<sup>71</sup>

A preocupação do pescador pode ser justificada para além do “não ter dinheiro”. Enquanto autônomos, não conseguem comprovar exatamente seus rendimentos para conseguirem crédito, seja nos órgãos públicos ou nas empresas privadas. Um dos pontos nos quais o trabalho da FIERJ busca focar é justamente na questão socioeconômica e permitir uma forma de estes trabalhadores terem um comprovante de rendimentos.

Os pescadores vão se apropriar da informação, eles vão ter um registro oficial, né, de quanto eles de fato estão produzindo. Eles são inexistentes hoje né, no ponto de vista de que ninguém sabe qual é a importância econômica deles, e ao mesmo tempo social, tipo: se vocês acabarem com a pesca deles, se vocês removerem, por exemplo: aquela Colônia, vocês 'tão' tirando emprego de, sei lá quantas pessoas, elas geram uma renda de sei lá quantos reais, existe um consumo forte de pescado naquela região por causa daquela venda de pescado, pra toda aquela região da Zona Sul, que pode impactar um número maior de pessoas, né? É uma coisa que a gente 'vai vendo' o resto da cadeia produtiva. (informação verbal)<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> Entrevista concedida por REBOUÇAS, José Manoel Pereira. Entrevista 10. [maio de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (1h52m16s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 27.

<sup>72</sup> Entrevista concedida por VIEIRA, Francynne Carolina dos Santos. Entrevista 12. [janeiro de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo em mp3 (57m50s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 11.

A questão monetária vai muito além de uma simples divisão de dividendos ou da comercialização do pescado. Ela representa a posição de cada indivíduo na Colônia: aquele com maior poder aquisitivo é dono do próprio barco e, por conseguinte, no final do dia o de maior capacidade de decisão dentro da sua equipe de pesca.

A pesca praticada pela maioria dos sujeitos no Posto Seis é uma atividade coletiva. Também, é uma forma de repasse do conhecimento tradicional naturalístico. Pais pescam com seus filhos, transmitem-lhes as artes da pesca, tais como o conhecimento da maré para saber se está bom para pescar, em, de acordo com a temperatura da água, decidir onde “largar” a rede. Esse conhecimento naturalístico faz com que os pescadores entendam, por exemplo, que a infinitude do mar não significa a perpetuação infinita da pesca e, portanto, como afirma Lima quando analisava Itaipu, o pescador é ciente da dificuldade de renovação dos pescados:

Assim, o “mar” é ilimitado, mas o objeto da captura, representado por um cardume na pescaria de “cerco” ou pelas “espécies” prognosticadas como mais prováveis na pescaria de “lanço”, naquele momento, é visto como um bem limitado, de propriedade comum, a ser apropriado por apenas alguns no conjunto de seus proprietários potenciais (LIMA, 1997, p.201)<sup>73</sup>.

É uníssona a afirmação, entre os pescadores, da diminuição no número de pescados na região e, conseqüentemente, o apoucamento dos lucros auferidos na atividade pesqueira. As questões que envolvem essa realidade são de diversas ordens. O problema ambiental é, sempre, preocupante para o grupo. Não raro, eles “pescam” quase tudo em suas redes, de pequenas sacolas plásticas, passando por latas de refrigerantes, até móveis como sofás, e outros. A pesca predatória é tida pelos pescadores como o principal fator contribuinte para escassez de pescados. Há sempre a constatação, em suas falas, da falta de uma política de fiscalização que combata a pesca por grandes embarcações,

---

<sup>73</sup> LIMA, Roberto Kant de. E PEREIRA, Luciana Freitas. *PESCADORES DE ITAIPU – Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do rio de Janeiro*. Niterói – RJ: EDUFF, 1997. Pg. 201.

que é proibida no espaço adjacente à orla. A capacidade de captura do pescado por esses barcos é infinitamente superior à dos pescadores artesanais. Somado a isso, esses pesqueiros costumam utilizar uma malha pequena, que captura peixes ainda em fase de desenvolvimento.

Em Copacabana especificamente há o fator agravante de ser rota de travessia de grandes navios cargueiros que passam por ali. Assim, um descuido do pescador que não calculou bem o lugar e largou a rede no trajeto, deixa-o sem pescado e muitas vezes sem rede. O espaço de mar, onde esses pescadores podem exercer suas capturas, acaba por ficar espremido entre a praia, as ilhas Cagarras (que são unidades de conservação; portanto, onde a pesca não pode ser praticada) e a rota de passagem dos navios cargueiros.

Cada pescador contribui com uma taxa associativa para a Colônia de R\$ 18,00 mensais. Esse valor é somado àquele proveniente do aluguel da peixaria e da ajuda de custo ofertada pelo Instituto Mar Adentro para utilização da Capelinha, onde mantém suas exposições. Assim, eles cumprem seus compromissos financeiros com funcionários, prestadores de serviços e afins.

Conclui-se que a questão monetária e a divisão dos dividendos perpassam por muitos caminhos. Possivelmente, uma política pública mais assertiva com as comunidades tradicionais daria a estes sujeitos uma segurança maior e direito de posse. Porém, enquanto essa política não vier, os pescadores se refazem e resistem no espaço de trabalho.

### **2.3 – Modos de morar e modos de viver**

#### **Morar.**

Um dos principais aspectos que se buscou verificar foi a questão da moradia. Sendo essa uma das questões mais complexas nos grandes centros brasileiros, não ficaria de fora dessa análise. As grandes cidades brasileiras, em

especial o Rio de Janeiro, por suas características geográficas, passaram, ao longo de suas histórias, por expulsões das classes mais pobres dos seus lares.

À medida que as cidades foram crescendo e o “progresso” foi chegando, os administradores reformistas foram “deslocando” as populações pobres para cada vez mais longe, ou seja, as novas periferias ressurgem o tempo todo. O bairro novo, ou a nova favela/comunidade que se autoconstrói, é uma constante na historiografia brasileira.

Nas literaturas acerca dessas localidades, é tema constante a certeza de que a expulsão das classes menos favorecidas dos centros urbanos, e, alguns eventos associados, tais como a destruição dos cortiços e as reformas urbanas, que o retorno dos soldados da guerra de Canudos foram os motivos que levaram ao nascimento das favelas.

A origem dessas moradias, embora, para muitos autores, esteja no Morro da Favella, a socióloga Lícia do Prado Valladares destaca, em sua obra *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*, que outros locais já haviam sido ocupados antes dos fenômenos destacados acima. Segundo ela:

A Quinta do Caju, a Mangueira e a Serra Morena também datam do século XIX e são todas anteriores ao Morro da Favella. O povoamento de tais zonas começou em 1881, nada provando que tenha sido resultado de uma ocupação ilegal. Tanto na Quinta do Caju quanto da Mangueira, os primeiros habitantes não parecem originários do mundo rural brasileiro, pois eram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, permitindo supor que o seu estabelecimento nessas áreas tenha sido autorizado. No entanto, foi o Morro da Favella que entrou para a história. Já em 1900 o jornal do Brasil proclamava ser aquele um lugar “infesto de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias” (VALLADARES, 2005, p.26)<sup>74</sup>.

O estudo da autora demonstra que, além de a origem dessas moradias ser anterior ao amplamente defendido por outros autores, corrobora a crença na

---

<sup>74</sup> VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela .com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, pg. 26.

afirmação de que, para as elites, os moradores desses locais sempre foram considerados como elementos perigosos. Não raro, lê-se que a sociedade acredita que os morros são locais de moradia de ladrões, bandidos e toda sorte de pessoas desonestas.

As favelas, ou comunidades como, hoje, são identificadas, especialmente pelos sujeitos entrevistados (foram unânimes as respostas sobre o local de moradia: moro na comunidade Pavão-Pavãozinho, Vidigal, etc.), historicamente, carregam o estigma de ser local de desordem, de crime de disputa por território de tráfico. No entanto, cabe salientar que, os moradores não se veem assim. Ao contrário disso, consideram-se sujeitos sociais inseridos em comunidades, participativos e conscientes de suas condições. Já em Perlman, é possível encontrar algo nesse sentido:

Em resumo, as vidas dos favelados são ricas em experiência associativa, impregnada, em geral, de amizade e espírito cooperativo, e relativamente livre de crime e violência interpessoal. Quando perguntamos aos favelados se eles gostariam de deixar a favela por um novo conjunto habitacional onde poderiam ter uma casa própria, 74 por cento disseram preferir ficar onde estavam. Perguntados se gostariam de voltar a seus lugares de origem, 74 por cento deram um não enfático por resposta, e outros 11 por cento disseram que provavelmente não. Seus lugares natais, explicaram, eram muito atrasados, parados ou sem movimento (PERLMAN, 1977, p.173)<sup>75</sup>.

De todos os pescadores entrevistados, somente um deles não é morador de comunidade<sup>76</sup>, todos os demais são residentes dessas localidades. Desde

---

<sup>75</sup> PERLMAN, Janice E. *O mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pg. 173.

<sup>76</sup> O pescador Antônio Cláudio Maia Paiva, é morador do Jardim Botânico, mais especificamente, do espaço denominado de Vila de Baixo do Jardim Botânico, território este de disputa entre o poder público e os moradores. Este “lado” do bairro foi cedido para os trabalhadores construírem suas casas quando o espaço não era habitado, e as empresas ali instadas tinham dificuldade de mão de obra. Decorridos mais de 100 anos, o poder público decidiu que esses moradores são invasores e, enquanto não detentores do direito de posse, devem desocupar os imóveis. Para isso, não lhes é oferecido nenhuma recompensa, haja vista, são ocupantes de terras que não lhes pertence. Um estudo sobre a temática foi desenvolvido pela historiadora

aqueles que moram na comunidade Pavão-Pavãozinho, até a Rocinha, tem pescador no Vidigal, bem como na Cruzada de São Sebastião<sup>77</sup>.

Nesta última comunidade talvez esteja a gênese da utilização da palavra “comunidade” para designar esse tipo de moradia. A criação de algo próximo de suas moradias originais e todo o processo como foi elaborado, pensado e executado, manteve o morador nas cercanias de suas convivências diárias. Ainda, garantiu-lhes maior domínio sobre suas vidas. Haja vista que, uma vez que conseguissem executar o pagamento de suas unidades, passariam a ser donos sem correrem o risco de expulsões ou remoções, pois a comunidade estava legalmente constituída.

A Cruzada São Sebastião também traz a certificação de que as comunidades não estão estabelecidas apenas em locais de morro, mas por toda a cidade, que é palco da cotidianidade de seus cidadãos e construída ou autoconstruída - de forma que, para Raquel Rolnik, é uma espécie de escrita: *“Deste modo, construir cidades significa também uma forma de escrita”* (ROLNIK, 1988, p. 16)<sup>78</sup>. A cidade do Rio de Janeiro, portanto, é escrita, ou

---

Luciene Carris. O trabalho pode ser encontrado nos anais do XV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. A Cidade, o Urbano, o Humano. In: CARRIS Luciene. *Memórias do bairro operário do Jardim Botânico e a evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Departamento de História – PUC Rio. 2018.

<sup>77</sup> Esta é uma comunidade que foi criada pelo poder público ainda na década de 1950. Sob influência de Dom Helder, que foi secretário da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), empenhou-se para a criação do que seria um projeto inicial de comunidade para abrigar os moradores oriundos das favelas, e, assim, promover a erradicação de forma inclusiva. Parte dos moradores dessa nova localidade são advindos da favela Praia do Pinto que havia sofrido um incêndio. Em Valladares (VALLADARES, 2005, pg. 77, 78) encontramos: “Lembremos que a Cruzada São Sebastião uma virada na representação política da favela. O reconhecimento e a promoção dos moradores das favelas ao estatuto de comunidade e, por conseguinte, a sujeito político potencialmente autônomo, tanto rompia com uma visão puramente negativa do mal a ser erradicado quanto com a política de assistência caritativa e clientelista do período anterior. A cruzada foi também a primeira intervenção a produzir uma ação quantitativamente significativa de produção de moradias permanentes, em um terreno bem próximo, para favelados removidos, ao contrário dos parques proletários concebidos como provisórios. “- VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela .com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, pgs, 77, 78.

<sup>78</sup> ROLNIK, Raquel. *O QUE É CIDADE*. São Paulo: editora brasiliense, 1988, pg. 16.

costurada, por meio de muitas favelas/comunidades que abrigam, dentre tantos outros sujeitos, os pescadores do Posto Seis de Copacabana.

Seguindo os escritos e as entrevistas, a identificação com a palavra “comunidade” para representar suas moradias, perpassa pela ideia de saída da marginalidade. As comunidades abrigam sujeitos colaborativos entre si, representantes de um espaço normatizado, mas, acima de tudo, de um lugar onde suas vivências e dores são respeitadas. Na entrevista com o diretor do Observatório de Favelas, Eduardo Alves, ele explicita isso de uma forma muito objetiva:

Há vários tipos de comunidade na sociedade. As favelas são uma comunidade, como muitas outras existentes. Mas marcar que as favelas são espaços de alegria e dor, onde a potência humana criativa se faz presente com ondas que atingem toda a cidade, ainda que sofram os aspectos mais duros e pesados das desigualdades, é uma questão fundamental. Por isso, o Observatório de Favelas lançou o livro *Favela Alegria e Dor na Cidade*, pois a favela não está isolada, está pensada na diversidade da cidade e no papel que ocupa para a conquista de uma cidade de direitos (informação via correio eletrônico)<sup>79</sup>.

Nesse espaço de sociabilidade, há que se ressaltar que as autoconstruções oferecem algumas possibilidades que os condomínios ou vilas operárias não oferecem. Nas favelas/comunidades, sejam elas de “morro” ou de “asfalto”, as construções agregam sempre um valor adicional. Ou seja, a laje pode ser objeto de uma nova construção para o filho que casou, a sala pode se transformar em comércio, entre outros usos. Assim, os modos de vida se moldam diferentemente dos bairros pré-moldados pelos governantes.

As vilas operárias não contemplam essas necessidades de transformar o imóvel em um bem muito maior. Ou seja, a complexidade da vida das pessoas

---

<sup>79</sup> Entrevista concedida por ALVES, Eduardo. Entrevista 01. [agosto de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo em word no total de 03 páginas. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 05. Eduardo Alves. – Diretor da ONG Observatório de Favelas.

passa por questões que vão muito além da moradia. Para as classes menos favorecidas, o imóvel adquire um valor muito maior do que o monetário. Em Silva e Barbosa, temos:

Os apartamentos e casas planejadas pelas agências do Estado e pelos intelectuais de matriz *sociocêntrica* ou *progressista* não levaram (e ainda não levam) em conta o significado da habitação na vida cotidiana das favelas. Projetar e construir habitações populares que impedem a expansão física da moradia, o deslocamento para lugares distantes da cidade e a participação popular na definição dos seus assentamentos urbanos são expressões de um mesmo ato violento (SILVA e BARBOSA, 2005, p.95)<sup>80</sup>.

As variadas utilizações dadas às lajes nas comunidades agregam monetarização ao imóvel. Não raro, esse espaço é utilizado pelas famílias como local de diversão: as festas de família acontecem em grande escala nas lajes. Quando a família “cresce”, é corriqueira a verticalização da moradia para acomodar a nova estrutura familiar, como é o caso de uma das famílias de pescadores.

Um dos filhos do pescador José Manoel se casou e construiu sua casa na laje da casa do pai. Esta é uma intervenção natural na vida das comunidades e das famílias que vivem na comunidade Pavão-Pavãozinho, por ser um espaço muito caro, justamente por conta da localização, em Copacabana. Eles vão para o trabalho caminhando, o que por si só já lhes traz uma enorme economia. Porém, conseguir um espaço de moradia nesta localidade é uma tarefa bastante complexa para os de menor renda.

Como já referido, é senso comum, também, para os reformadores e higienistas do passado, que as populações mais pobres constituam aquelas que colocam em risco as estruturas das cidades: portanto, devem ser tratadas, como

---

<sup>80</sup> SILVA, Jailson de Souza e BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio; BRASIL, 2005, pg. 95.

disse Sidney Chalhoub<sup>81</sup>, como “classes perigosas”. Sendo assim, podem ser expulsas de suas moradias, legitimando, com este pensamento, atrocidades como as descritas por Rolnik:

Desde os tempos da Primeira República, as favelas são vistas como lugar sem norma nem lei e, portanto, espaço propício para acolher desordeiros, bandidos e criminosos. Essa ideia termina justificando que, por exemplo, no afã de combater o tráfico, a polícia entre nas casas de moradores de favelas arrebatando tudo, atirando e deixando vítimas pelo caminho. (ROLNIK, 2015, p.316)<sup>82</sup>.

Essa leitura vaga e preconceituosa é o exato oposto do que realmente acontece nessas comunidades. São espaços de muita organização social, luta pelo reconhecimento e engajamento em associações. É inegável o poder do tráfico hoje na cotidianidade das comunidades; porém, a organização dos moradores em associações lhes traz aquilo que o Estado não dá. Em muitos casos, é a associação de moradores que fornece o comprovante de residência, por exemplo.

Os modos de morar se complementam com os de viver, ou seja, o onde se mora influencia também as relações sociais, os meios de locomoção para o trabalho ou mesmo para a diversão. A vida em comunidade/favela perpassa por mudanças de atitudes governamentais – das remoções obrigatórias, aos incêndios acidentais, das construções de vilas operárias à proibição de expulsão de moradores, como explicita Rodrigues:

O crescimento das favelas transforma-se num problema urbano e, com ele, vem a necessidade de criar soluções. Essa tomada de consciência do problema incentivou a busca de recursos para a construção de habitações populares. Isso se refletiu na

---

<sup>81</sup> O autor Sidney Chalhoub em sua obra *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*, faz um levantamento sobre o uso desse conceito para falar sobre os menos afortunados.

<sup>82</sup> ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015, pg. 316.

proibição, em 1956, de qualquer expulsão dos moradores das favelas por dois anos. (RODRIGUES, 2016, p.170)<sup>83</sup>.

Os atores, ou sujeitos desses processos, não são “vítimas” passivas dessas alternâncias de política e atuações governamentais. Ao contrário disso, são atuantes e organizados. Resistem, lutam, muitas vezes perdem e são expulsos dos seus habitats; mas, acima de tudo, buscam, dia após dia, a permanência de suas poucas conquistas.

### **Viver**

Os modos de vida e cotidianidade dos pesadores estão repletos de representação das múltiplas culturas e signos, além, é claro, dos saberes que carregam. A atividade pesqueira, especialmente aquela praticada pelos sujeitos aqui estudados, é de maneira geral transmitida de geração em geração e cultivada como forma de vida.

No Posto Seis trabalham juntos pais e filhos, com orgulho da transmissão de seus conhecimentos. Os pais dizem que se sentem preocupados com o futuro dos filhos, pois a pesca diminuiu muito nos últimos anos. A saber, o número de pescados teve uma redução significativa em razão das muitas questões que envolvem a pesca, mas especialmente pelo crescimento da pesca industrial.

As cotidianidades dessa comunidade estão carregadas de seus valores. Cada pescador é responsável pela manutenção do seu espaço e isso implica a continuidade da comunidade em si. A responsabilidade de cada um vai muito além da atividade pesqueira, eles vivem as obrigações das transmissões dos saberes.

A vivificação da comunidade passa pela fé que cada um carrega. A história dos pescadores é repleta de contos sobre encontrarem imagens de santas em suas redes. A de Copacabana também carrega essa afirmativa, que inclusive justifica a escolha do nome do bairro. A colônia mantém até hoje a

---

<sup>83</sup> RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *A costura da cidade*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016, pg. 170.

capela. Porém, a tradição não é mais a festa de Nossa Senhora de Copacabana, como já fora. Hoje, celebra-se São Pedro. Fato descrito no capítulo anterior.

Há uma tradição religiosa na cultura do brasileiro que se mantém desde os mais remotos tempos de colonização. Sendo a nossa sociedade laica, não necessariamente todos os pescadores são católicos, mas seguem a tradição e, o que lhes é comum, é a fé. Segundo a filósofa Marilena Chauí, importa mais sua crença do que seu segmento religioso.

Um primeiro aspecto da atitude religiosa popular é a relação intrínseca entre a crença e a graça, isto é, a fé busca milagres. O que se pede a Deus e aos santos, ou aos orixás e exus, ou ao espírito de luz? Pede-se a cura de doenças, retorno à casa de um membro desaparecido (marido ou esposa infiéis, filho delinquente, filha prostituída), fim do alcoolismo, emprego, moradia, regeneração de algum membro da família (CHAUÍ, 1986, p.82)<sup>84</sup>.

A religiosidade da Colônia é, também, lembrada pelos pescadores de modo genérico. Mas, por um deles de maneira mais enfática: para o pescador José Manoel, a fé é o que guia o pescador no mar. Em sua entrevista, ele deixa muito claro sua crença nos santos e acredita que, sendo eles pessoas que “dependem” de sorte, a fé é imprescindível.

E que essa fé juntava desde as crianças aos adultos, né? Até porque, na História do Brasil, realmente tinha que se ‘haver’, né, um, um marco pra que os pescadores pudessem: ah, eu fui ao mar e São Pedro me ajudou muito e trouxe muito peixe, né, é lógico que na História do Brasil você vê N. S. de Aparecida, São José... E aí vai de cada um colocando a sua fé nesses personagens, mas quando você, às vezes, se depara com assim: ah, mas por que sumiu aquilo, porque ‘que destruíram aquilo, não é? A História do Brasil é essa, eu acho que até os políticos usaram isso, né, digamos assim: se o político fez uma coisa boa eu vou aterrar ‘ela’ pra que não seja mais uma coisa boa. Eu vou fazer outra coisa, eu acho que o Brasil, é, hoje nós temos, nós temos nas ‘comunidade’

---

<sup>84</sup> CHAUÍ, Marilena. *CONFORMISMO E RESISTÊNCIA: Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pg. 82.

pesqueira poucos eventos envolvendo esses trabalhadores na questão da fé, não é... (informação verbal)<sup>85</sup>

Ao se referir aos poucos eventos que reúnem os pescadores, ele está enfatizando certa individualidade que, de acordo com eles, vem crescendo nas Colônias, e temem por sua sobrevivência. A ideia de vida em comunidade é, para estes sujeitos, uma questão de manutenção de suas atividades. Seja na vida do trabalho, seja na vida pessoal de cada um, a inserção e a unidade da comunidade são importantes para a sustentação das conquistas até aqui conseguidas.

A comunidade, para estes trabalhadores, tem um sentido completamente diferente daquele para a classe burguesa. A unidade, para eles, pode significar a sua resistência. Portanto, comunidade tem sentido de proteção, pertencimento. Esse sentido pode ser o encontrado no texto abaixo de Jeffrey Weeks:

O mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçada e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder. Incapazes de controlar as relações sociais em que se acham envolvidas, as pessoas encolhem o mundo para adaptá-lo ao tamanho de suas comunidades e agem politicamente a partir dessa base. O resultado é com frequência um particularismo obsessivo como modo de enfrentar e/ou lidar com a contingência (WEEKS, 1993, p.208-9, apud BAUMAN, 2003, p.91-92)<sup>86</sup>.

Este conceito e busca por inserção em uma comunidade discrepa daquele visto pela burguesia, justamente por, enquanto detentora de benesses, esta classe não se preocupar de um modo geral com unidade, mas antagonicamente buscar isolamento e, portanto, a manutenção do ser individual. Para Heller:

---

<sup>85</sup>Entrevista concedida por REBOUÇAS, José Manoel Pereira. Entrevista 10. [maio de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (1h52m16s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 16.

<sup>86</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, pgs, 91, 92.

Do que até agora dissemos, resulta que pertencer a uma comunidade não é um fato obrigatório. E isso porque, na sociedade burguesa, o homem não nasce numa comunidade, sua existência individual não está determinada por sua existência social: o indivíduo burguês cresce frequentemente fora de qualquer comunidade e chega mesmo a viver assim por toda a sua vida. A maioria dos indivíduos burgueses - pelo menos durante algum tempo – considera algo ideal essa vida sem comunidade, idealizando-a enquanto “liberdade pessoal”. (HELLER, 2000, p.76)<sup>87</sup>.

A vida em comunidade, para essa classe de trabalhadores, é duplamente vivida. Ou seja, as pessoas são parte integrante de uma comunidade enquanto trabalhadores de uma Colônia e também em suas vidas particulares. Pois moradores de comunidades/favelas são sujeitos sociais inseridos em associações. Assim, em muitos aspectos o coletivo precisa vir antes do individual.

Portanto, os modos de vida são pautados pela coletividade, onde o lugar é transformado em espaço vivido e as relações de cooperação se estendem para muito além do trabalho. A constituição da cotidianidade desses pescadores é pautada pelo espírito colaborativo e pela inclusão nas disputas políticas e associativas. Diariamente, independente do gênero do pescador(a).

#### **2.4 – Trabalho de homem, trabalho de mulher**

Tradicionalmente, a pesca é exercida por homens ou, pelo menos, é isso o que pensa o senso comum. Talvez pelo peso da rede, pelo tempo de afastamento de casa, ou pela exposição a intempéries naturais, tais como chuva, sol, vento, umidade e afins, o papel da mulher na pesca é bastante dado pela feitura ou conserto das redes de pesca.

Durante a pesquisa, descobriu-se que é um trabalho bem comum para as mulheres, no núcleo pesquisado. Três delas estão presentes todos os dias.

---

<sup>87</sup> HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: editora paz e terra, 2000, pg. 76.

Ainda que hoje já não saiam mais para o mar, todas já se sustentaram pescando o seu próprio pescado. A dinâmica da Colônia fez com que estas mulheres trocassem a ida para o mar pela venda para duas delas; para a outra, a administração.

Como já relatado, ao longo desse trabalho, a presidente da Colônia é a Katia Janine, mulher de 54 anos que exerce os seus muitos papéis de mãe, avó, filha e presidente de uma Colônia que agrega muitos trabalhadores (de acordo com a secretária da colônia, hoje eles estão atrasados com um levantamento da quantidade exata de associados). Porém, cabe salientar que, em razão da quantidade de núcleos, são muitos os pescadores. A ela cabem muitas funções, que divide com o vice-presidente, o pescador José Manoel.

As mulheres da Colônia estão fora da tradicional fabricação, função está exercida naquele espaço por homens. A maioria deles conserta as próprias redes, ou, quando estão muito estragadas, compram uma nova, que não necessariamente é artesanal.

A questão do gênero é pouco abordada pelos pescadores, mas, quando perguntada sobre como foi recebida na Colônia para ser presidente, Katia Janine disse que, hoje, já “provou” sua competência. Mas, no começo, foi bem complicado, pois havia certa desconfiança, justamente, por ela ser mulher. Relatou o caso de um pescador que não foi muito receptivo a sua presença, no entanto, teve que reconhecer que foi ajudado por ela.

Pescando, indo ‘pro mar’, era a melhor coisa porque não tinha stress em relação a sentir o preconceito que a mulher ‘sofre’, em função de ser mulher, né, uma pescadora. Mas quando eu entrei como presidente da Colônia é que fui sentir o peso, né? Do que é o preconceito em ‘cima da mulher’, como pescadora e como várias outras categorias aí. Mas na pesca eu senti um bocado de preconceito sim; de pescadores dizendo pra ‘mim mesmo’, que não me aceitavam como presidente porque lugar de mulher é dentro de casa cuidando dos filhos, cuidando da família. Isso, eu escutei na cara, assim; mas a pessoa que me falou isso teve problemas e aí ‘ela veio’ me pedir desculpas, porque na época ‘ela’ achava que eu não ‘fosse’ capaz de ficar de frente com a Colônia, e

dar andamento como mulher, e daí ‘ele viu’ que foi o contrário. E aí me pediu desculpas (informação verbal)<sup>88</sup>.

O relato da pescadora mostra um tipo de comportamento bastante enraizado na cultura da população brasileira, que credita ao homem capacidade superior à da mulher. Não raro, ouve-se nas conversas, ou até, lê-se, nas mídias sociais, que mulher deve ganhar menos que homens ou coisas dessa natureza. Portanto, o relatado pela pescadora está muito bem inserido neste contexto de demarcação territorial da administração.

A despeito do preconceito exibido por alguns pescadores contra a presidente da Colônia, outra pescadora relata que jamais sofreu qualquer tipo de exclusão pelo fato de ser mulher. A atividade pesqueira sempre foi seu sustentáculo financeiro e ela passou a tradição para seus descendentes. Para a pescadora Tania Souza Marconi, nada a difere dos demais pescadores.

Você... Você acha que o fato de você ser mulher você sente alguma diferença de tratamento entre os pescadores, ou isso pra você não... “– Pra mim é normal, depende deles, né? Não depende de mim, porque ‘eu, pra mim’, é normal ficar pescando no meio deles, convivo no meio deles. A convivência é de muitos anos, já.” (informação verbal)<sup>89</sup>

Ao analisar essas duas colocações, percebe-se que, para a pescadora Tania, o assunto preconceito ou questão de gênero não faz a menor diferença; porém, para Katia Janine, que também exerce uma função de liderança e controle das atividades, houve a necessidade de provar sua competência para depois disto ser aceita pela comunidade de pescadores.

Conclui-se, portanto, que o tema está na objetividade quando se trata da questão hierárquica, *“lugar de mulher é dentro de casa cuidando dos filhos”*.

---

<sup>88</sup> Entrevista concedida por MIRANDA, Kátia Janine Oliveira de. Entrevista 03. [fevereiro de 2018].

Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (47m10s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 06.

<sup>89</sup> MARCONI, Tânia Souza. Entrevista 02. [fevereiro de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (13m58s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 4

Demonstra um comportamento de desafio a nova presidente, justamente, pela questão do gênero. No entanto, na subjetividade das relações diárias, do ponto de vista da pescadora Tania, o importante mesmo é a execução das tarefas. Para ela, o tópico gênero não passa por discussão.

No âmbito do núcleo pesquisado, percebeu-se certa harmonia entre os componentes deste núcleo, ainda que haja uma disputa implícita sobre os locais onde cada pescador “larga” sua rede. Homens e mulheres, depois de uma manhã de muitos esforços para auferirem seus sustentos, comungam do mesmo sentimento de dever cumprido naquele dia.

## **2.5 – Os frutos que o mar nos oferece.**

Em algumas situações o mar merece ser escrito em letras maiúsculas, haja vista a forma respeitosa como os pescadores falam sobre o “gigante”. Como é descrito por alguns pescadores, ele pode representar paz e dissociação do caos. Ou seja, quando estão no mar, eles se sentem especiais, afinal, como diz Dorival Caymmi no verso abaixo, o pescador não sabe se volta, mas o mar é bonito.

O mar quando quebra na praia  
É bonito, é bonito o mar  
Pescador quando sai  
Nunca sabe se volta  
Nem sabe se fica  
Quanta gente perdeu  
Seus maridos seus filhos  
Nas ondas do mar  
O mar quando quebra na praia  
É bonito, é bonito. (CAYMMI, 1943)<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> O mar – Dorival Caymmi – em <https://www.cifraclub.com.br/dorival-caymmi/o-mar/> acessado em 29 de janeiro de 2019.

Os sujeitos aqui estudados apresentam esse misto de respeito, admiração, gratidão e, claro, a certeza de que o mar é também a casa de cada um deles. Nesse universo, misturam-se as culturas e as buscas. O pescador Manoel credita ao mar o aprendizado da vida.

Então, pra mim, o mar, 'quer' dizer: além de dizer que todo esse tempo eu 'tô' na atividade das águas do mar, pra mim, tem sido o meu educador de vida, entendeu? Porque tiro a sobrevivência, ele me dá 'minha' sobrevivência dali, ele me deixa – no dia que eu 'tô' estressado – acho que uma das primeiras 'coisa' que eu penso é ir 'pro' mar, porque quando a gente sai da terra e chega lá dentro das águas, tudo muda tudo muda né, tudo muda! (informação verbal)<sup>91</sup>

Para muito além do sentimento de pertencimento dos pescadores, o mar é o sustentáculo financeiro desses trabalhadores. Através de suas lutas diárias, ocupam o território que se “deixa” ser apropriado numa relação de mútua doação; onde o pescador, quando romantizado, faz parte da paisagem e, quando levado ao entendimento da sua real natureza, é homem destemido, que desbrava o mar em busca do sustento.

No entanto, esse local de prazer e de conquistas é também espaço de disputa territorial entre os mais diversos sujeitos, cujos diferentes objetivos e buscas estão ali, dia após dia, com suas culturas e costumes na cotidianidade do mar, como aponta Nogueira:

O mar historicamente foi disputado por diversos personagens. Pescadores, marinheiros, mergulhadores, trabalhadores das plataformas marítimas, estivadores, prostitutas entre outros, que constituíram um

---

<sup>91</sup> Entrevista concedida por REBOUÇAS, José Manoel Pereira. Entrevista 10. [maio de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (1h52m16s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 33.

contingente diversificado de trabalhadores sobrevivendo nesse espaço (NOGUEIRA, 2014, p. 117)<sup>92</sup>.

Entre as disputas e vivências cotidianas, as intempéries da natureza e as precariedades materiais, o pescador do Posto Seis sai mar adentro, diariamente, para buscar aquilo que garante o ganho monetário e, por conseguinte, a manutenção do ser social e suas relações.

Partindo para o que Nogueira<sup>93</sup> chama de “*lugar da experiência e espera*”, os pescadores lutam pela captura de espécies de peixes, moluscos e frutos do mar que vão desde aqueles com menor valor monetário até peixes que lhes tragam ganhos satisfatórios e celebráveis. Dentre muitas espécies, serão listados os mais frequentemente capturados.

De acordo com a época do ano, em quantidades variáveis, aqueles que praticam a pesca com rede de espera (já descrita acima), trazem em seus barcos: corvina, anchova, pescada (vários tipos de pescado), garoupa, badejo, vermelho olho-de-cão, cirurgião, linguado, robalo, parati, cocoroca, espada, serra, cavala, galo-de-penacho, xerelete, cação, viola, entre outros.

Para os praticantes de pesca de apneia, ou seja, a caça-submarina, seus principais pescados são lula e polvo. Os praticantes da pesca solitária são especialistas em pescar mexilhões. De acordo com os próprios pescadores, é a prática mais rentável.

Dentre os peixes listados acima, o linguado é aquele com maior valor monetário, seguido da garoupa e do robalo. Por essa razão, serão os mais explorados com relação a suas especificidades.

## **Linguado**

---

<sup>92</sup> NOGUEIRA, André Aguiar. Surfando nas ondas do Titanzinho: Corpo, natureza, memória e cultura em Fortaleza (1960-2010) – Tese de Doutorado – História Social. São Paulo: PUC, 2014, pg. 117.

<sup>93</sup> Idem pg. 118



Linguado – nome científico: *Platichthys flesus*.<sup>94</sup>

O linguado acima é uma espécie que se esconde facilmente em razão de sua cor e forma física. É encontrado em praticamente todo o litoral brasileiro, rico em vitaminas B12 e E. Em razão de suas idiossincrasias, atinge o valor comercial de até R\$ 40,00 o quilo. É um dos mais cobiçados pelos pescadores.

## Robalo



---

<sup>94</sup> Imagem colhida em: <https://www.istockphoto.com/br/fotos/linguado>, visitado em 30 de janeiro de 2019.

Robalo – nome científico: *Centropomus undecimalis*<sup>95</sup>

A espécie supracitada é reconhecida como muito saborosa pelos apreciadores, rica em vitaminas A, C e B. É encontrada em lugares como rios que desembocam no mar, mangues e, claro, nas regiões costeiras. Faz parte daqueles que são capturados no Posto Seis. Seu valor de venda atinge R\$ 35,00.

### **Garoupa**



Garoupa – nome científico: *Epinephelidae*<sup>96</sup>

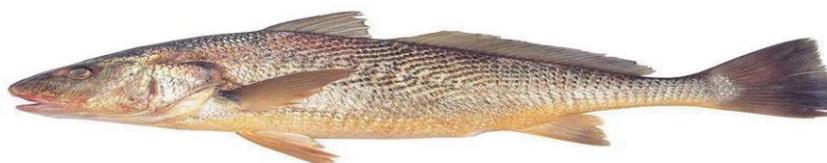
Este é um exemplar dos mais cobiçados por suas qualidades nutritivas, rico em vitaminas B6 e B12. É encontrado em todo o litoral brasileiro. Pode atingir peso de até mais de 20 quilos. É comercializado por até R\$ 35,00 o quilo. De acordo com a Revista Pesca, é uma espécie considerada em risco de extinção em diversas regiões.

---

<sup>95</sup> Imagem colhida em <http://www.diarioguaratuba.com.br/portal/geral/1355-comeca-a-proibicao-da-pesca-ao-robalo-sem-seguro-defeso.html>, visitado em 30 de janeiro de 2019.

<sup>96</sup> Imagem colhida em <http://revistapesca.com.br/peixes/garoupa/>, visitado em 30 de janeiro de 2019.

## Corvina



Corvina – nome científico: *Micropogonias furnieri*<sup>97</sup>

Este é o peixe mais comumente retirado das redes de pescadores do Posto Seis. É, também, rica em vitamina B e bastante apreciada pelos consumidores. Raramente, os pescadores retornam de suas investidas ao mar sem uma pelo menos. O valor monetário é inferior aos anteriormente expostos aqui, justamente por sua frequência ser maior. Por isso, torna-se o mais importante para os pescadores de rede de espera. O quilo pode ser comercializado por R\$ 12,00 ou, às vezes, fazem o peixe inteiro por R\$ 20,00.

Este breve apanhado sobre os frutos colhidos do mar tem o objetivo de ilustrar a luta apanhado diária do pescador do Posto Seis. Cabe, porém, ressaltar que este é apenas um dos aspectos, ou seja, o financeiro. Pois, o mar lhes oferece muito mais, permite-lhes serem sujeitos de suas próprias histórias e, apesar de *“o mar não assina carteira”*<sup>98</sup>. Garante-lhes a possibilidade de terem o destino de suas carreiras profissionais em suas próprias mãos.

---

<sup>97</sup> Imagem colhida em <http://revistapesca.com.br/peixes/corvina/> visitado em 30 de janeiro de 2019.

<sup>98</sup> Frase dita pelo pescador Augusto Cesar no contexto de sua entrevista em 30 de janeiro de 2018.

Cabe a cada um dos pescadores a obrigatoriedade de manter seus documentos em dia, suas permissões para exercer suas funções ao mar. Para isto, contam com a administração da Colônia que os auxilia nos processos burocráticos e práticos da vida do ser social. A relação entre os órgãos oficiais será abordada no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO III**

#### **A COLÔNIA E OS ÓRGÃOS REGULADORES: RELAÇÕES PÚBLICAS E SOCIAIS.**

##### **3.1 – Do surgimento dos órgãos reguladores e suas influências nas Colônias.**

###### **CNPA (Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores)**

No bojo da criação das colônias de pescadores, como uma forma de manter a tutela do Estado sobre as colônias, foi criada a CNPA e as Federações (uma para cada estado). No caso do Rio de Janeiro, é a FEPERJ (Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro) que, até hoje, exerce papéis importantes na vida dos pescadores artesanais.

Visto através do olhar da CNPA, a condição dos pescadores enquanto tutelados do Estado aconteceu somente até sua criação.

Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil. Até então, as relações instituídas entre pescadores e Estado se caracterizavam pelo paternalismo e assistencialismo. No processo de “conquista” da confiança dos pescadores, o Estado prestou serviços gratuitos em embarcações, doou redes, ofereceu serviços de saúde, além de ter criado algumas escolas para os filhos dos pescadores, denominadas de

Escoteiros do Mar, com finalidade de militarização e treinamento para os jovens.<sup>99</sup>

Pelo citado acima, a CNPA afirma a independência das Colônias quando de seu nascimento, fato ocorrido em um Brasil considerado por Darcy Ribeiro o “*ano carcamano*”. Governado por Epitácio Pessoa, e com uma população de 30.635.605 habitantes sendo que, deste total aproximadamente, 6.529% era de imigrantes europeus. Fervilhando em guerras na Bahia, movimentos sociais em ebulição, gênese do feminismo nacional e a preparação para comemoração dos cem anos da Independência, etc.<sup>100</sup>

Todavia, para muitos estudiosos, essa situação de tutelados permaneceu até a promulgação da Constituição de 1988, quando os pescadores artesanais foram inseridos nos mesmos termos da lei que trata dos agricultores. Especialmente porque lhes foi garantido, através do artigo oitavo da mesma Constituição, o direito de criarem seus próprios estatutos e regimentos internos, não podendo assim a Confederação e ou as Federações interferirem nesses documentos.

Após a promulgação da nova Constituição, em 05 outubro de 1988, identificamos alguns avanços acerca da organização dos pescadores artesanais. As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Abriram-se possibilidades das colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios. O artigo 8º da referida Constituição trata exclusivamente de questões comuns à colônias e aos sindicatos de trabalhadores rurais. Destacamos o inciso I do referido artigo: “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a

---

<sup>99</sup> Texto retirado da página da CNPA: <http://www.cnpa.org.br/conhecaCnpa.aspx> Visitado em 07 de fevereiro de 2019.

<sup>100</sup> Essas afirmações são um copilado do resumo do ano de 1920, descrito por Darcy Ribeiro em: RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985. (livro sem paginação).

interferência e a intervenção na organização sindical”. (MORAES, 2001, texto não paginado).<sup>101</sup>

Ao longo do tempo, as questões relativas à pesca foram sendo comandadas por órgãos diferentes. De governo em governo, com as alternâncias de regimes – democracias ou ditaduras - os pescadores artesanais e suas Colônias ficaram subordinados a muitos órgãos. Fundadas pela Marinha, as Colônias de pescadores ficaram exclusivamente subordinadas a esta até o início da década de 1930. Neste período, quando em função de uma nova política, foram divididas entre a Marinha e o Ministério da Agricultura e assim permaneceram até os anos de 1960.

Dessa maneira, em 1933, a pesca passa às mãos do Ministério da Agricultura, através da Divisão de Caça e Pesca (DCP). A Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros, implantada em 1920, subordinou-se à DCP, e as colônias, conseqüentemente, também. O cadastramento dos pescadores e de seus barcos, porém, continuou a cargo da Marinha Brasileira. (RAMALHO, 2014, p. 41)<sup>102</sup>

Em princípio da década de 1960, em plena ditadura civil-militar, as lideranças do país criaram a SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), em 11 de outubro de 1962, através da Lei Delegada n° 10, com o objetivo de expandir a produção pesqueira no país. Nesse plano desenvolvimentista, as Colônias de pescadores não foram exatamente a sua principal preocupação. Investimentos em equipamentos, tanto para pesca quanto para o acondicionamento, foram feitos; porém, para a pesca industrial.

Com a implantação da Sudepe – que culminou com o reconhecimento da pesca como indústria de base inspirada no ideário desenvolvimentista – objetivou-se dar um novo impulso à industrialização do setor

---

<sup>101</sup> MORAES, S. C. *Colônias de pescadores e a luta pela cidadania*. In: X Congresso Brasileiro de Sociologia, 2001, Fortaleza – CE. Anais do X Congresso Brasileiro de Sociologia, 2001, texto não paginado.

<sup>102</sup> RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. *ESTADO, PESCADORES E DESENVOLVIMENTO NACIONAL DA RESERVA NAVAL À AQUÍCOLA*. RURIS | VOLUME 8, NÚMERO 1 | MARÇO 2014, pg. 41.

pesqueiro, que tinha seu esteio, em termos de produção, na pesca artesanal. (RAMALHO, 2014, p. 44)<sup>103</sup>

Ações como essas culminaram na depreciação ainda maior da atividade pesqueira para os pescadores artesanais. O engessamento de suas atividades e a castração de seus direitos através da criação das Colônias, que lhes trouxe muito mais ônus do que bônus, agora, estava sendo sacramentado com a transformação da atividade pesqueira autônoma para serem assalariados nas grandes empresas. Empresas estas que recebiam insumos financeiros do poder público via financiamento do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).

Essa nova política econômica culminou na maior precarização do trabalho do pescador artesanal. Quando da criação das Colônias e da busca por pontos de apoio para a Marinha, algumas das localidades que abrigavam essas Colônias foram dotadas de equipamentos para pesca, de escolas para os filhos dos pescadores e até de dentistas. Porém, esta “ajuda” não foi renovada, bem como os pescadores não foram capacitados. Com a determinação da nova linha de investimento, a capacidade extrativista do pescador artesanal foi, gradativamente, perdendo espaço.

O crescimento da pesca industrial do Brasil está intrinsecamente ligada à redução do pescado capturado pela pesca artesanal. Em seu trabalho, Ramalho exhibe a tabela a seguir onde é nítida essa relação.

<b>Anos</b>	<b>Pesca Industrial</b>	<b>%</b>	<b>Pesca Artesanal</b>	<b>%</b>
1960	36.000	16,4	246.000	83,6
1970	198.000	46,6	280.000	53,4
1980	392.325	61,5	243.640	38,4
1988	372.801	60	249.284	40
2005*	232.430	31	518.864	69

Tabela 2 - Produção pesqueira extrativista por setor, Brasil, 1960-2005

<sup>103</sup> Idem pg. 44

Fonte: IBGE – Sudepe – Ibama.

\* Após o ano de 2005, a Seap (hoje MPA) passou a coordenar e realizar levantamentos estatísticos da pesca, porém não mais apresentados por setor (industrial e artesanal).<sup>104</sup>

A constatação da diminuição do pescado para os pescadores artesanais é, também, feita pelos entrevistados. Em consonância, relatam, especialmente, a falta de fiscalização por parte dos órgãos públicos, e denunciam a existência de pesca predatória por parte das grandes embarcações. Como afirma o pescador Augusto Cesar:

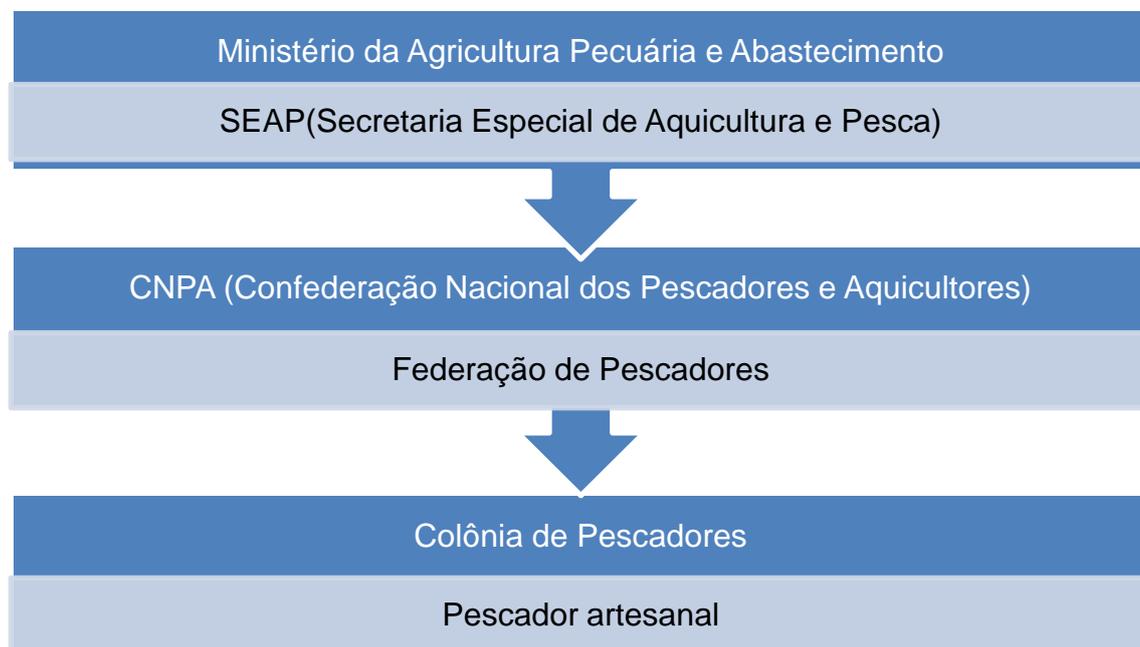
O estoque pesqueiro ‘diminuíram’ muito, porque eu já presenciei, nem sei se eu devo falar isso, né? Muitas ‘traineiras’ – pescador ‘igual’ ‘eu’, que também ‘dependem’ do mar, né? Eu vi matando peixes fora dos padrões de ‘pescas’, sabe? E como no Brasil não há fiscalização –uma palavra que não existe nos oceanos, principalmente aqui no Brasil– um peixe que vai chegar a três quilos, uma corvina, né? Uma rede que rende 20 toneladas, pô, o peixe não tem nem 10 cm, uma coisa assim ‘irrisória’, sabe? Um peixe de 300 gramas que ‘vai’ chegar a 3 quilos, 2 quilos.(informação verbal)<sup>105</sup>

A relação das Colônias com a CNPA na atualidade é mediada pelas Federações, e a Confederação tem o papel principal de articular, negociar e representar os pescadores na esfera Federal. Já nos estados, esta é uma “obrigação” das Federações. Assim sendo, o esquema abaixo mostra uma rede onde os pescadores artesanais estão inseridos, sendo que, seu papel de decisão é relativamente baixo.

---

<sup>104</sup> Ibidem pg. 45.

<sup>105</sup> Entrevista concedida por OLIVEIRA, Augusto César Rodrigues de. Entrevista 06. [janeiro de 2018] Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo mp3 (23m01s) A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 5.



Sequencia hierárquica da pesca baseada nas informações colhidas durante a pesquisa.

Na última ponta, está o pescador que, através da Colônia, busca inserir-se no contexto organizacional para garantir seus direitos previstos através da Constituição federal de 1988.

### 3.1.1 – Do associativismo

Um dos preceitos da criação das Colônias de Pescadores era a obrigatoriedade de todo pescador ser parte integrante dessas Colônias, e brasileiro. Naquele momento, o país tinha muitos estrangeiros, e um número absurdamente alto de analfabetos. Para muito além da criação das Colônias, em conformidade com o buscado pelo governo federal, o pescador brasileiro precisava de algumas características para ser “útil” à pátria.

O pescador brasileiro, como homem, como cidadão, como marinheiro e como industrial, só poderá ser útil ao Brasil, enriquecê-lo e defendê-lo, se for realmente um “Homem”, na justa expressão desse termo, isto é, se deixar de ser analfabeto, se tiver saúde e capacidade profissional e

puder ser orientado por um **Instituto Oceanográfico** devidamente aparelhado para demarcar nossos pesqueiros e desvendar os segredos da nossa riqueza aquática. (VILLAR, 1945, p. 23).<sup>106</sup>

Além de sanar os problemas há muito conhecidos pelos governantes, a Marinha objetivou com esta cruzada obstar suas próprias limitações, haja vista, o país ter um imenso território litorâneo e muitas possibilidades de invasão. O período pós-guerra (primeira guerra mundial) despertou esse medo nas forças armadas, que oficializaram o discurso de melhorar a vida do pescador – trabalhador, visto pelos militares como ineptos.

Infelizmente, a nossa gente praiana é constituída por indivíduos completamente alheios à civilização: 99% deles são analfabetos; doentes, demolidos pela verminose, cobertos de úlceras, esquilidos; com os intestinos pandos de tricocéfalos, áscaris e asquilóstomos... (...) ERA, POIS, PRECISO LIBERTAR, SANEAR, INSTRUIR, EDUCAR E DEFENDER O NOSSO BONISSIMO CABOCLO PRAIANO. (VILLAR, 1945, p. 23/24)<sup>107</sup>

Munidos de seus ideais civilizatórios, os comandantes da Marinha cumpriram sua missão da formação das Colônias. No entanto, a segunda parte do projeto, que seria a melhoria da vida dos pescadores a libertação da mão exploradora dos grandes produtores, ainda, é uma luta diária destes trabalhadores.

Desde as transformações sofridas pelas Colônias de Pescadores, pelas Federações e pela Confederação em órgãos de classe trabalhadora, através da lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008, em cujo texto explicita a autonomia de cada uma, o pescador, também, está desobrigado do associativismo.

Como pode ser constatado na tabela a seguir, o nível de escolaridade dos pescadores do Núcleo do Posto Seis ainda é muito baixo. A maioria mora

---

<sup>106</sup> VILLAR, Frederico. *A missão do Cruzador “José Bonifácio” - os pescadores na defesa nacional – a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923)*. Rio de Janeiro:

Gráfica Laemmert Limitada, 1945, pg. 23.

<sup>107</sup><sup>107</sup>Idem pg, 2324.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

em comunidades, portanto, aquele objetivo, narrado por Villar, até atualidade, não se cumpriu.

Entrevistado	Data da entrevista	Gênero	Idade	Origem	Bairro / Moradia	Profissão	Escolaridade	com a Colônia
Fernando Gil do Nascimento	18/02/2018	Masculino	N.I.	PI	Rocinha	Artesão de redes	Não informa	Prestador de serviços
Augusto César Rodrigues de Oliveira	30/01/2018	Masculino	53	CE	Vidigal	Pescador	7º ano (6ª série)	Sócio
Antônio Cláudio Maia Paiva	25/08/2018	Masculino	56	RJ	Vila de Baixo do Jd. Botânico	Pesquisador da FIPERJ Pescador	Ens. Médio Comp.	Sócio / Pesquisador
Francyne Carolina dos Santos Vieira	31/01/2018	Feminino	N.I.	SP	Niterói	Funcionária Pública - FIPERJ	Mestre em Oceanologia	Coordena o projeto da FIPERJ
Kátia Janine Oliveira de Miranda	15/02/2018	Feminino	54	RJ	Leblon - Cruzada de São Sebastião	Pescadora	Não informa	Sócio / Presidente
Manasi da Silva Rebouças	10/01/2018	Masculino	28	CE	Pavão-Pavãozinho	Pescador / Divulgador da ONG Mar Adentro	Ens. Médio Comp.	Sócio
José Manoel Pereira Rebouças	27/05/2018	Masculino	58	CE	Pavão-Pavãozinho	Pescador	5º ano (4ª série)	Sócio / Vice presidente
Márcia Fernandes Cruz Nóbrega de Oliveira	27/03/2018	Feminino	51	RJ	Copacabana	Comissária de Bordo	Não informa	Nenhuma apenas vizinha
Sandra Cristina de Paiva	30/05/2018	Feminino	48	N.I.	Copacabana	Secretária	Ens. Médio Comp.	Secretária
Tânia Souza Marcone	15/02/2018	Feminino	57	RJ	Leblon - Cruzada de São Sebastião	Pescadora / Vendedora	Não informa	Sócia
Rosângela Bernardo Olivedo	29/01/2018	Feminino	48	RJ	Pavão Pavãozinho	Pescadora / Vendedora	4º ano (3ª série)	Sócia
<b>Legenda:</b>	N.I. - Não Informa							

Tabela 3 – Resumo dos entrevistados.

Mesmo o associativismo não sendo mais obrigatório, este é um caminho para os pescadores buscarem melhorias para suas atividades. Através das administrações eles conseguem resolver as questões de cunho burocrático que demandam tempo; têm seus interesses representados nas federações, e, por conseguinte, na Confederação.

Enquanto grupo, pleitearam e conseguiram os mesmos direitos que os produtores rurais, ainda que precariamente. Mesmo que tenham sido expulsos como moradores, em razão da especulação imobiliária em Copacabana, os pescadores mantiveram seu local de trabalho.

A manutenção das instalações, a despeito de suas precariedades, só foi possível graças à existência da Colônia. É, administrativamente, que os pescadores se organizam. O suporte para a busca dos direitos e cumprimento dos deveres é garantida pela Colônia. A secretária Sandra Cristina de Paiva, que trabalha na sede da Colônia há 11 anos, explica como funciona:

Mantém as estruturas da colônia em condições de trabalho, interage com os órgãos públicos e com outros órgãos em função das causas da categoria, organiza a Festa do padroeiro do pescador, São Pedro e todo o serviço burocrático. (informação via correio eletrônico)<sup>108</sup>

De acordo com o relatado pelos pescadores durante as entrevistas, a Federação tem um excelente relacionamento com as Colônias. Os pescadores, através de seus prepostos (presidente ou vice-presidente), atuam diretamente nas votações de assembleias, onde são discutidas as demandas dos pescadores.

Dessas assembleias, saem os pedidos que serão enviados à Confederação, e, também, as solicitações a nível estadual. É através da Federação que os pescadores conseguem chegar à Confederação; bem como, é a Federação que fiscaliza a atuação das Colônias com relação às suas atividades na preservação dos pescados e cumprimento de deveres tais com: a manutenção de carteira de pescador em dia, entre outras.

Dentro daquilo que foi possível apurar, para aquela Colônia, o associativismo, na atualidade, é uma forma de conseguir força para os pescadores continuarem na luta e resistirem ao risco sempre eminente de expulsão. É, igualmente, uma maneira de buscarem os direitos sociais, políticos e culturais.

Unidos através da Colônia, até os pescadores que ficam em outros núcleos quando precisam de documentos, vão até a sede para retirar ou pedir auxílio da secretaria na confecção ou orientação de onde encontrar tais documentos.

A conquista do direito à aposentadoria é um bom exemplo daquilo que, conjuntamente, os pescadores conseguiram: a regulação de suas atividades e

---

<sup>108</sup> Entrevista concedida por PAIVA, Sandra Cristina de. Entrevista 09. [junho de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo em word no total de 03 páginas. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 05.

sua inserção enquanto comunidade tradicional, o que minimizou a precariedade de suas atividades e trouxe-lhes conquistas sociais. Ainda que suas aposentadorias não excedam o valor de um salário mínimo por mês, eles já têm (até o momento) este direito garantido.

### **3.2 – Obrigações do pescador**

O pescador, para exercer sua profissão, precisa seguir uma série de normas e leis que lhe atribuem direitos e deveres como qualquer trabalhador. No entanto, em razão da peculiaridade de sua atividade, precisa se dirigir a órgãos diferentes para conseguir a autorização de trabalho.

Aquele que é associado a uma Colônia tem a obrigação mensal da contribuição. No caso da Colônia Z13, esse valor é de R\$ 18,00. Para a regularização de sua atividade, precisa conseguir, na SEAP, sua carteira de pescador que é o RGP (Registro Geral da Pesca). Além disso, é necessária a carteira de aquaviário, o POP (Pescador Profissional). Esta deve ser solicitada na CPRJ (Capitania dos Portos do Estado do Rio de Janeiro).

Teoricamente, a RGP não tem validade, todavia, anualmente, o pescador precisa provar que continua na atividade. Para tanto, deve comparecer à Federação de seu estado (pessoalmente ou através da Colônia) munido de uma série de documentos.<sup>109</sup>

De acordo com os informativos dos órgãos oficiais, este procedimento visa a inibição de fraudes e, portanto, deve ser cumprido rigorosamente dentro

---

<sup>109</sup> Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional Artesanal acompanhado por declaração de responsabilidade assinada pelo pescador e homologada pela entidade de classe de filiação do Pescador, ou, no caso de não filiação, deverá ser validada (homologada) por 2 (dois) pescadores devidamente registrados.;

-Cópia do Número de Inscrição do Trabalhador (NIT) como segurado especial;

-Foto 3 x 4 cm recente, com foco nítido e limpo.

Texto encontrado em [http://www.mineral.eco.br/pea/wp-content/uploads/2017/10/Anexo-02-Apostila\\_Pescador\\_Artesanal\\_caderno1\\_Rev01-1.pdf](http://www.mineral.eco.br/pea/wp-content/uploads/2017/10/Anexo-02-Apostila_Pescador_Artesanal_caderno1_Rev01-1.pdf). Visitado em 29 de janeiro de 2019.

de até sessenta dias a contar da data de aniversário do pescador. Em caso de não cumprimento das exigências, as sanções vão desde o não acesso ao sistema eletrônico do SINPESQ ou SisRGP<sup>110</sup>, passando pela suspensão da carteira depois de decorridos seis meses. Uma vez suspensa, somente depois do prazo de um ano se pode pedir uma nova carteira de pescador.

A segunda permissão para exercer a pesca profissional a POP, concedida pela Capitania dos Portos de cada estado, é uma das subcategorias de um curso/treinamento para os aquaviários e, os pescadores são a terceira categoria. Essa subcategoria é dividida em duas, POP 1 e POP 2, sendo POP 1 onde a grande maioria dos pescadores artesanais estão inseridos.

As barreiras para conseguirem fazer o curso e tirarem suas carteiras estão, especialmente, na questão da escolaridade, e também, na capacidade física; pois, além do teste de conhecimento que faz parte do curso, há o teste de aptidão física. Para a primeira categoria (POP1), o pescador precisa ter escolaridade máxima inferior ao 6º ano (justamente por esta exigência, a maioria dos pescadores se encaixa nessa subcategoria). O curso tem duração de 112 horas. A exigência de ser brasileiro ou naturalizado permanece.

A segunda categoria (POP2), também, pressupõe nível de escolaridade. No entanto, parte do mínimo necessário, ou seja, o pescador precisa ter obrigatoriamente o 4º ano e, a partir deste ponto, as exigências são iguais. Porém, nesta gradação se encaixa o aprendiz, que deve ter idade entre 14 e 18 anos. O tempo de duração do curso é de 218 horas.

Essa habilitação tem validade de cinco anos. Decorrido esse período, o pescador precisa juntar uma série de documentos para a renovação e comparecer à Capitania dos Portos. Os documentos, tanto para a aquisição

---

<sup>110</sup> SINPESQ – Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura. SisRGP – Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira. Sistemas estes onde é possível gerar o relatório da pesca.

quanto para a renovação, são muitos, e necessita de tempo e dedicação para juntá-los. As administrações das Colônias são providenciais nesses casos. <sup>111</sup>

---

<sup>111</sup> A Colônia Z-13 através de sua secretária Sandra forneceu a lista de documentos para todos os casos de obtenção e renovação das carteiras. Segue relação: **CARTEIRA DA SEAP, OU SEJA, REGISTRO GERAL DA PESCA:** No momento, é renovada automaticamente, mediante recadastramento anual feito pelos pescadores. O pescador que não fizer o seu recadastramento anual terá sua carteira da SEAP cancelada.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O RECADASTRAMENTO (renovação da carteira):

- NIT (número de identificação do trabalhador) atual, emitido pelo INSS, constando que o pescador é SEGURADO ESPECIAL.
- Atividade pesqueira anual e
- 1 foto 3X4(somente se o pescador não possuir foto em seu cadastro)

**CARTEIRA POP (Pescador Profissional) ou também chamada CARTEIRA DE AQUAVIÁRIO, emitida pela Capitania dos Portos do estado do Rio de Janeiro:**

- Validade de 5(cinco) anos.

DOCUMENTOS ORIGINAIS E CÓPIAS NECESSÁRIAS PARA OBTER A 1ª CARTEIRA POP, QUE É ADQUIRIDA, SOMENTE, MEDIANTE O Curso de Aquaviário:

- FICHA DE MATRÍCULA
- RGP (Carteira da SEAP)
- RG
- CPF
- COMP. RESIDÊNCIA ATUAL
- TÍTULO DE ELEITOR
- 01 FOTO 5X7 ATUAL
- 01 FOTO 3X4 ATUAL
- ESCOLARIDADE (MÍNIMO 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL)
- ATESTADO MÉDICO QUE COMPROVE BOM ESTADO FÍSICO, AUDITIVO/VISUAL E MENTAL (ORIGINAL).

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A RENOVAÇÃO:

- GRU (guia de Recolhimento da União) no valor de R\$ 30,00(trinta reais)
- Preencher o Protocolo de Expediente (Fornecido pela CPRJ);
- Boletim de Atualização (Fornecido pela CPRJ);
- Documento de Identidade (original e cópia);
- CIR atual (e anteriores se dispuser – original e cópia da etiqueta da CIR e da foto);
- CPF (original e cópia);
- Comprovante de residência (do mês ou mês anterior – original e cópia);
- Certificados decorrentes de curso, treinamentos ou estágios e qualquer outro documento de interesse para a carreira ou para o registro no cadastro (original e cópia);
- Atestado médico – Mental, físico, auditivo e visual.

Toda essa documentação habilita o pescador a exercer sua profissão sem preocupação com a fiscalização e, o insere na categoria de pescador artesanal. Portanto, segurado especial do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), haja vista serem partícipes reconhecidos como integrantes de Comunidade Tradicional.

Uma vez inseridos na legislação e com as documentações e obrigações em dia, os pescadores têm direito a: aposentadoria especial, seguro desemprego (defeso), seguro maternidade e aposentadoria por viuvez. Indubitavelmente, para cada caso há sua especificidade. Pela legislação atual, o tempo de contribuição é de 15 anos se a pescadora estiver com 55 anos e o pescador com 60. No caso de solicitar a licença maternidade, precisa estar contribuindo há, no mínimo, 10 meses. Para a viuvez, não existe tempo pré-determinado, basta estar segurado.

Caso o pescador queira fazer pagamentos ao INSS por valor de venda, também é permitido. Nesta situação, é feito um cálculo sobre a quantia bruta da venda direta ao consumidor, todavia, este é um procedimento que não foi encontrado nesta pesquisa. Os pescadores recebem de aposentadoria, seguro desemprego ou licença maternidade apenas um salário mínimo, portanto, não é interessante contribuir com valor maior.

As embarcações que os pescadores utilizam para execução de suas tarefas da pesca também precisam ser certificadas, ou seja, é necessário fazer o cadastramento das embarcações na Capitania dos Portos de cada estado da Federação, procedimento este que deve seguir uma série de normas e apresentar toda a documentação exigida.<sup>112</sup> Caso o proprietário não seja o

---

OBS: OS ATENDIMENTOS NA CAPITANIA DOS PORTOS, SÃO FEITOS SOMENTE MEDIANTE AGENDAMENTO NO SITE DA MESMA E APÓS 4(quatro) DIAS ÚTEIS Á CONTAR DA DATA DO PAGAMENTO DA GRU. – Informações dadas pela Colônia através de correio eletrônico em 14 de fevereiro de 2019.

<sup>112</sup> As embarcações são separadas por tamanho, no caso das embarcações utilizadas pelos pescadores da Colônia Z-13 são categorizadas enquanto embarcações miúdas.

pescador (o que é muito comum), é preciso que isto seja informado na documentação da embarcação. E, de fato, o pescador necessita ter toda a documentação.

A Marinha, que iniciou o cadastramento dos pescadores há um século, continua sendo a responsável pela emissão da documentação de permissão da pesca e, também, incumbida da função de fiscalizar tanto as certificações de pescadores e embarcações quanto a execução da pesca.

Portanto, a vinculação com o órgão criador das Colônias não se desfez, a Marinha está enleada aos pescadores por meio da Capitania dos Portos desde um período anterior a criação das Colônias. *Em resposta, o Ministério da Marinha resolveu intervir na pesca por meio do Ofício 1.904, de 12 de dezembro de 1899, que o autorizava a “regulamentar a pesca com o fim de nacionalizá-la” (FILHO, P. 8, Apud BRASIL, 1900, p. 77)<sup>113</sup>*

Ainda que a tutela do estado tenha sido encerrada com o advento da Constituição Federal de 1988, a fiscalização permanece até os dias atuais, por conseguinte, a conexão não foi desfeita.

### **3.3 – FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro.**

É uma instituição pública do estado do Rio de Janeiro, criada em 1987, para atuar no setor pesqueiro, submetida à Secretaria de Estado de Agricultura,

---

É considerada embarcação miúda aquela com comprimento inferior ou igual a 5 metros ou com comprimento total inferior a 8 m, com convés aberto ou fechado, mas sem cabine habitável e sem propulsão mecânica fixa e que, caso utilize motor de popa, este não exceda 30 HP. Considera cabine habitável aquela que possui condições de habitabilidade. Para estas embarcações, é necessário o TIEM – (TÍTULO DE INSCRIÇÃO DA EMBARCAÇÃO MIÚDA). Portanto, é simplificado a obtenção da inscrição e, a documentação exigida é somente: Título de Inscrição, Tripulação de segurança, Seguro obrigatório e Rol de Equipagem.

Informações contidas em: [http://www.mineral.eco.br/pea/wp-content/uploads/2017/10/Anexo-02-Apostila\\_Pescador\\_Artesanal\\_caderno1\\_Rev01-1.pdf](http://www.mineral.eco.br/pea/wp-content/uploads/2017/10/Anexo-02-Apostila_Pescador_Artesanal_caderno1_Rev01-1.pdf)

<sup>113</sup> FILHO, Alcides Goulartl. ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB- Año VIII - Julio 2016 - Nº 16 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay, p. 8.



estatístico da atividade pesqueira no estado do Rio de Janeiro. Mesmo sendo este estado um dos maiores produtores de pescado do país, não dispunha de números absolutos para comprovar sua importância econômica, social e alimentícia.

Porque se você assiste 'o' jornal vira-e-mexe a gente ouve a estatística do preço da gasolina, a estatística do desemprego, a estatística da produção de soja, de boi, né? De milho, enfim, e não tem de peixe, não tem de molusco, não tem de crustáceo. Aí... Esse é um trabalho que o governo federal deveria 'fazer', né, enfim, tem as suas falhas também, - a gente sabe que nesses dez anos muita coisa aconteceu no Governo Federal, mas também tem o problema do Estado. (informação verbal)<sup>115</sup>

Na busca de obtenção desses dados e, com pretensão de conjuntamente efetuar um levantamento socioeconômico dos trabalhadores, os técnicos da FIPERJ foram em busca de financiamento para o projeto. Como citado pela pesquisadora Francyne, as questões relativas a aquisição de numerário para realização de projetos dessa natureza é complexa.

Em razão da existência de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)<sup>116</sup> que a empresa Chevron Brasil tinha que cumprir, a FIPERJ submeteu

---

<sup>115</sup>Entrevista concedida por VIEIRA, Francyne Carolina dos Santos. Entrevista 12. [janeiro de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo em mp3 (57m50s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 05.

<sup>116</sup> O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) é um documento utilizado pelos órgãos públicos, em especial pelo Ministério Público, para o ajuste de conduta, ou seja, o signatário do TAC se compromete a ajustar alguma conduta considerada ilegal e passar a cumprir a lei. O TAC teve como evento gerador os incidentes de vazamento de petróleo ocorridos em 2011 durante a realização de atividades de perfuração de um poço, no Campo do Frade – Bacia de Campos, de responsabilidade da empresa Chevron Brasil. Como consequência da assinatura desse instrumento, foi assumido o compromisso para execução de medidas compensatórias que têm como objetivos principais a conservação da biodiversidade no litoral, o uso sustentável dos recursos pesqueiros, o fortalecimento da pesca artesanal e a educação ambiental. (Dados disponíveis em: [http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj\\_imagens/arquivos/revistarelatorios2017.pdf](http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj_imagens/arquivos/revistarelatorios2017.pdf) pg. 57. Acessado em 13 de fevereiro de 2019).

seu projeto para avaliação e conseguiu a verba necessária para fazer os levantamentos estatísticos que pretendiam.

Munidos do patrocínio que, obrigatoriamente, necessitam manter toda uma estrutura de distanciamento, ou seja, o numerário sai da Chevron através da Petrobras, é repassado para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio – FUNDEPAG. Através desta entidade, foi firmado o contrato do Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro – PMAP RJ, isto é, o levantamento estatístico estava pronto para encetar.

Após todo esse processo, teve início o monitoramento das descargas de pescados em vários postos de pesca do estado do Rio de Janeiro, incluindo a Colônia Z-13. Para acompanhar o desembarque dos pescadores, no Posto Seis e na Lagoa Rodrigo de Freitas, foi contratado um dos pescadores que atuam no núcleo da Lagoa.<sup>117</sup>

A escolha de um pescador foi uma estratégia da FIPERJ, justamente, para não colocar em risco a pesquisa, haja vista a possibilidade de estranhamento por parte dos pescadores de um estranho frequentando o local de trabalho. Onde foi possível, a contratação foi de pessoas da comunidade. Naquelas

---

<sup>117</sup> O pescador em questão é o Antônio Cláudio Maia Paiva de 56 anos, ele exerce sua função enquanto pescador no núcleo da Lagoa Rodrigo de Freitas. Ele exerce função dupla, ou seja, na madrugada é pescador, em razão da peculiaridade do seu local de pescaria. A Lagoa é utilizada para atividades esportivas durante o dia, isto impossibilita a atividade pesqueira. O pescador Antônio Claudio quando concedeu sua entrevista para este trabalho, disse: (...) E você vê que o tratamento lá é totalmente respeitoso: é tio. Pela calvície, pelo cabelinho branco, pela idade que a gente leva nas costas, pelo conhecimento de pesca quando a gente, quando chega a conversar entre um e outro, demonstra. “– Ahan.” – Então tudo isso faz com que eles pensem diferente daquilo que tá ali junto com ele. Não sou um pesquisador, mas hoje em dia um companheiro de pesca, né? (...) (Informação verbal). Entrevista concedida por PAIVA, Antônio Cláudio Maia. Entrevista 08. [maio de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo em mp3 (40m57s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 10.

comunidades nas quais não encontraram mão de obra disponível, a admissão de “estranho” foi efetuada.

A entidade demonstra certo cuidado com todos esses pormenores, precisamente, por saber que uma aproximação descuidada pode significar a não obtenção de dados fidedignos. A intenção é um levantamento bastante criterioso para, depois dessa compilação de dados, sugerir políticas públicas com a finalidade de melhorar a vida dos trabalhadores do mar. A pesquisadora e analista de recurso pesqueiro, Francyne Carolina, explica, em sua entrevista, a necessidade desses cuidados.

O projeto foi estruturado ‘pra’ que primeiro os agentes ficassem um tempo sendo conhecidos pelas comunidades pesqueiras, – uns já eram de lá e já são conhecidos né, mas nem todos ‘a gente’ conseguiu contratar localmente. Então a ideia era que eles passassem os primeiros seis meses sendo reconhecidos e tendo a confiança do setor, pra começar a aplicar um questionário um pouco mais denso e mais pessoal né, um pouco mais delicado. (informação verbal)<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup>Entrevista concedida por VIEIRA, Francyne Carolina dos Santos. Entrevista 12. [janeiro de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo em mp3 (57m50s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 10.



Abaixo, segue a tabela disponibilizada no endereço eletrônico da FIPERJ.

Tabela 1 - Valores parciais do total capturado por ponto de descarga, número de descargas observadas e de unidades produtivas cadastradas (UP).

Município	Nº descargas	Captura (kg)	Nº UP
Angra dos Reis	571	1.856.666,04	115
Araruama	29	8.340,00	1
Arraial do Cabo	1.270	210.907,99	159
Cabo Frio	757	1.498.614,94	157
Campos dos Goytacazes	73	17.670,55	41
Duque de Caxias	153	4.636,50	30
Itaboraí	461	7.942,91	32
Itaguaí	170	33.145,32	46
Macaé	835	330.693,81	206
Magé	1.346	73.009,40	216
Mangaratiba	249	133.579,43	58
Maricá	483	40.983,48	43
Niterói	989	1.436.311,83	231
Paraty	1.056	162.082,03	247
Rio das Ostras	9	1.138,00	7
Rio de Janeiro	1.323	122.048,98	204
São Francisco de Itabapoana	103	23.207,10	69
São Gonçalo	744	1.996.538,25	154
São João da Barra	189	83.217,00	53
Saquarema	175	9.617,55	24
<b>Total Geral</b>	<b>10.985</b>	<b>8.050.351,11</b>	<b>2.039</b>

Tabela ilustrativa da quantidade parcial de pescado<sup>120</sup>

Destacada, a cidade do Rio de Janeiro mostra que não é a capital a maior produtora de pescado, mesmo sendo a segunda cidade em número de descarga. Como não é dissociado o tipo de pesca, ou seja, industrial da artesanal, não é possível saber qual a porcentagem de participação do pescador artesanal nesse montante.

Há uma perspectiva de uma contribuição relevante para o pescador artesanal quando este projeto for concluído. Na atual fase, a pesquisa gera para o trabalhador (pelo menos para aqueles do Posto Seis), uma sensação de que alguém está se preocupando com seus problemas. A compilação dos dados

<sup>120</sup> Tabela disponível na *revistarelatorios2017.pdf*. pg. 60. Disponível em [http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj\\_imagens/arquivos/revistarelatorios2017.pdf](http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj_imagens/arquivos/revistarelatorios2017.pdf). Acessado em 13 de fevereiro de 2019.

levantados neste primeiro questionário, somados aos formulários de levantamento socioeconômico (não foi possível uma cópia – ainda em fase de confecção), poderá validar tomadas de decisões pelo Poder Público e, também, fornecer dados aos pescadores para brigarem junto a este mesmo poder por melhorias de suas condições.

Isso o questionário tenta tirar essa informação, e eu acho que é o casamento desses dois instrumentos de coleta, né? A produção aliada à condição do perfil socioeconômico dos pescadores é que a gente vai poder dizer qual é o status da pesca costeira fluminense, e aí sim indicar quais são as ações que devem acontecer pelas Instituições Públicas, né? (informação verbal)<sup>121</sup>

Os pescadores artesanais terão uma forma de comprovante de rendimentos mais eficiente ao término dessa pesquisa. Hoje, em razão da legislação, com as carteiras de pescador artesanal em mãos, teoricamente, lhes é garantido a comprovação de recebimento da ordem de um salário mínimo, valor este baseado no recebimento do defeso. O objetivo dessa pesquisa, com relação à questão financeira, é proporcionar uma informação mais fidedigna e, assim, permitir mais autonomia ao pescador.

Além disso, uma das promessas da pesquisa é contribuir para a questão social, e, a reboque disso, trazer reconhecimento da importância desses trabalhadores e trabalhadoras para a comunidade onde estão inseridos. Partindo do pressuposto de que o trabalho de investigação contribuirá para a melhoria de suas vidas, pode-se dizer que trará uma ressignificação para os pescadores no sentido defendido por Giannella.

Contudo, a categoria comunidade tradicional possui forte conotação política enquanto ferramenta de transformação social e, portanto, não pode ser deixada de lado na luta pela melhoria da qualidade de vida daquele grupo. Trata-se de uma tradição

---

<sup>121</sup>Entrevista concedida por VIEIRA, Francine Carolina dos Santos. Entrevista 12. [janeiro de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo em mp3 (57m50s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 10.

que deve ser permanentemente ressignificada e é justamente essa ressignificação o motor para a construção de estratégias de resistência do grupo que envolvem a construção de concepções alternativas de desenvolvimento. (GIANNELLA, 2012, p.69) <sup>122</sup>

O defendido pelos autores da pesquisa é, justamente, prover os pescadores de dados que lhes permitam mostrar sua importância. O político, o cultural e o social estão intrinsecamente ligados, e, para a equipe de trabalho, será possível certificar a relevância de suas atividades.

A gente é recente nisso né, mas em São Paulo, os relatos que a gente tem dos institutos de pesca é de que o pescador procura ‘eles’ e tira extrato de produção, né, como se fosse extrato de banco: ele vai lá e tira no sistema o que ele pescou naquele período. Ele vai ‘nas’ Casa Bahia e consegue um crediário. “– Poxa, que bacana!” – É usado, de fato, pra fins econômicos também né? Então, são as coisas que a gente ouve dizer da possibilidade também, né. A gente não faz projeto pra isso, mas ele acaba servindo pra outras coisas. (informação verbal).<sup>123</sup>

A certificação de que a pesquisa, realmente, trará esse impacto para a vida daqueles sujeitos não é possível ter no momento. Todavia, os pescadores se dispuseram a fornecer as informações pedidas pelos agentes de campo.

A partir deste ponto, será feito um levantamento sobre a importância da ONG MarAdentro que tem parceria com a Colônia. Este trecho do trabalho ainda está em construção e, por esta razão não será exposto agora.

---

<sup>122</sup> GIANNELLA, Letícia. Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 3, n.5, 1. semestre de 2012, pg. 69.

<sup>123</sup> Entrevista concedida por VIEIRA, Francyne Carolina dos Santos. Entrevista 12. [janeiro de 2018]. Entrevistadora: Luzimar Soares Bernardo. São Paulo, 2018. 1 Arquivo em mp3 (57m50s). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação, p. 11.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de; LESER, Walter; SACHES, Ignacy; FURTADO, Celso e KERR, Warwick Estevam. *Meio Ambiente Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1975.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Manual da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A Vocação do Prazer – A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARENT, Hannah. *Entre passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ARTIGAS, Rosa. *Vilanova Artigas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- AVELINO, Yvone Dias. *Os labirintos da Arte de Narrar: História e Literatura*. In: CARVALHO A. M. (at. al.) *História Cotidiano e Linguagens*. São Paulo: Expressão e Arte, 2012.
- AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Estranhos à nossa Porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

- BERGER, Paulo & BERGER, Eneida. *Copacabana: história dos subúrbios*. São Paulo: Imprensa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1959.
- BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos, um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BOECHAT, Ricardo. *Copacabana Palace: um hotel e sua história*. São Paulo: DBA, 1968.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor: 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto?* 2. Ed. Trad. Sergio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2013.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaios de teoria e de metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Elizabeth et al. *História dos Bairros: Copacabana*. Rio de Janeiro: INDEX, 1986.
- CARRIS Luciene. XV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. *A Cidade, o Urbano, o Humano. Memórias do bairro operário do*

*Jardim Botânico e a evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Departamento de História – PUC Rio. 2018.

CASTRO, Josué de. *Geografia Humana – Estudo da Paisagem Cultural do Mundo*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1939.

CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. “*Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*”. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos. 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência – Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

COSTA, Monica Hallak M. da – “*A exteriorização da vida nos Manuscritos Econômicos – Filosóficos de 1884*”. In: *Ensaio Ad Hominem - Tomo IV – Dossiê Marx*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem / Ijuí (RS): Editora Unijuí, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras*. São Paulo: SBD – FFLCH – USP, 2001.

ENGENHARIA, João Fortes. *História dos bairros – memória urbana – Copacabana*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986.

FARIAS, Patrícia. *Pegando uma cor na praia. Relações raciais e classificação de cor na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 2006.

FENELON, Déa R. “*Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa*”, em *PROJETO HISTÓRIA10*. São Paulo: EDUC, 1993.

FILHO, Alcides Goularti. *ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB- Año VIII - Julho 2016 - Nº 16 – ISSN: 1688 – 5317*. Uruguay.

FILHO, Cândido Malta Campos. *Cidades Brasileiras: Seu Controle ou o Caos – O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1999.

- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GASPAR, Cláudia Braga. *Orla carioca: História e Cultura*. São Paulo: Metalivros, 2004.
- GIANNELLA, Leticia. *Entre-Lugar, Dourados, MS*, ano 3, n.5, 1. semestre de 2012.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – O Cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Medo, Reverencia, Terror. Quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vertice, 1990.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOBBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: editora paz e terra, 2000.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: editora 34, 2009.
- LEEDS, Anthony e Elizabeth. *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.
- LEVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Trad. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LIMA, Roberto Kant de. E PEREIRA, Luciana Freitas. *PESCADORES DE ITAIPU – Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do rio de Janeiro*. Niterói – RJ. EDUFF. 1997
- MADRUGA, Antonio Moacyr. *Litoralização: da Fantasia de Liberdade à Modernidade Autofágica*. São Paulo: SBD – FFLCH – USP, 1992.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios as Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

- MELLO, Zuzi Homem de. *Copacabana: a trajetória do samba-canção*. São Paulo: Editora 34/Edições Sesc, 2017.
- MONTEIRO, Charles at.all. *CIDADES: representações, experiências e memórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2017.
- MONBEIG, Pierre. *A Geografia Humana Brasileira. – A dinâmica da transformação*. Heliana Angotti Salgueiro – organizadora. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Contribuições para a gestão da zona costeira de Brasil. Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, S. C. *Colônias de pescadores e a luta pela cidadania*. In: *X Congresso Brasileiro de Sociologia, 2001*, Fortaleza – CE. Anais do X Congresso Brasileiro de Sociologia, 2001.
- NOGUEIRA, André Aguiar. *Surfando nas ondas do Titanzinho: Corpo, natureza, Memória e cultura em Fortaleza (1960-2010)*. – Tese de Doutorado – História Social. São Paulo: PUC, 2014.
- NORA, Pierre. *Lês Lieux de Mémoire. La République*. Paris: Gallimard, 1984. (Texto traduzido na Revista PROJETO HISTÓRIA).
- O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana. Culturas Urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- PERLMAN, Janice E. *O mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POCOCK, J. Ga. *Political Thought and History: Essays on Theory and Method*. NY: Cambridge University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. *ESTADO, PESCADORES E DESENVOLVIMENTO NACIONAL DA RESERVA NAVAL À AQUÍCOLA. RURIS | VOLUME 8, NÚMERO 1 | MARÇO 2014*.

- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.
- RIOTUR. *Copacabana, 1892-1992: subsídios para sua história*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura, 1992.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *A costura da cidade*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016
- RODRIGUES, Antônio Edmilson M.; FALCON, Francisco José Calazans. *Tempos Modernos: ensaios de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e Ilusão. O lixo como invento social*. Rio de Janeiro: Nau, 1995.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares. A colonização da terra e a moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- \_\_\_\_\_. *O que é cidade*. São Paulo: brasiliense, 1988.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- ROSIQUE, Javier & BARBIERI, Edison. *Ecologia Preservar para Viver*. São Paulo: Cidade Nova, 1992.
- SANGLARD, Gisele et al. *História Urbana: memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890 – 1915*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017.
- SANTOS, Milton. *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. “A capital irradiante: Técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: SEVECENKO, Nicolau et al. *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 03. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SILVA, Elisabetta, LOBO, Vanda, RECH, Lucas e REBOUÇAS, Manasi, - *Curso de Conhecimento Tradicional da Pesca – Projeto Ilhas do Rio*. Rio de Janeiro: Instituto Mar Adentro, 2012.

SILVA, Jailson de Souza e BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio BRASIL, 2005.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria S. Fátima (orgs). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SOUZA, J. Amilton de. *Catadores de lixo: narrativas de vida, políticas públicas e meio ambiente*. Jundiaí – São Paulo:Ed. Paco, 2011.

THOMPSON, Edward, P. *A formação da Classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_ *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_ *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_ *Folclore, antropologia e história social*. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

TORRÃO FILHO, Amilcar. *A arquitetura de da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783 – 1845)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

WEBER, Max. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Centauro, 2003.

WILLIMAN, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_ *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VARIKAS, Eleni. *A escória do mundo: figuras do pária*. São Paulo: Unesp, 2014.

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana. Um Estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. “Os mundos de Copacabana”. In: VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VILLAR, Frederico. *A missão do Cruzador “José Bonifácio” - os pescadores na defesa nacional – a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923)*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada,

[http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs\\_artigos/008\\_17\\_cartilha\\_pesca\\_legal\\_publicacao\\_biblioteca\\_digital-compressed11.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/008_17_cartilha_pesca_legal_publicacao_biblioteca_digital-compressed11.pdf). Acessado em 17 de agosto de 2018.

<http://of.org.br/pt>. Acessado em 17 de agosto de 2018.

<http://coloniadepescadoresz1se.blogspot.com/2016/02/origem-das-colonias-de-pescadores.html>. Acessado em 21 de outubro de 2018.

<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>. Acessado em 11 de setembro de 2018.

[www.legis.senado.leg.br](http://www.legis.senado.leg.br). Acessado em 11 de setembro de 2018.

<http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/main/defeso>. Acessado em 16 de outubro de 2018.

<http://histormundi.blogspot.com/2018/08/como-era-e-como-esta-praia-de-copacabana.html>. Acessado em 30 de outubro de 2018.

<https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/rio-de-janeiro,rj/>

<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=7fe1b0d463e34b3b9ca2fafd50c3df76#>. Acessado em 01 de setembro de 2018.

<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=7fe1b0d463e34b3b9ca2fafd50c3df76#>. Acessado em 04 de setembro de 2018.

<http://www.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia/2018/08/seguro-defeso-saiba-quem-tem-direito-e-como-solicitar-o-beneficio>. Acessado em 02 de outubro de 2018.

<https://www.google.com.br/search?q=rede+de+espera+pesca&gl=br&hl=pt-> .  
Acessado em 28 de setembro de 2018.

<http://www.maradentro.org.br/artigos/51-o-monumento-natural-das-ilhas-cagarras-e-o-projeto-ilhas-do-rio>. Acessado em 04 de outubro de 2018.

<ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/dissertacao11.pdf>. Acessado em 28 de setembro de 2018.

[www.memoriaviva.com.br](http://www.memoriaviva.com.br). Acessado em 16 de setembro de 2018.

[https://www.jw.org/pt/publicacoes/livros/Jesus-o-Caminho-a-Verdade-e-a-Vida/Seção-3-O-grande-ministério-de-Jesus-na-Galileia/discipulos-pescadores-de-homens/-](https://www.jw.org/pt/publicacoes/livros/Jesus-o-Caminho-a-Verdade-e-a-Vida/Seção-3-O-grande-ministério-de-Jesus-na-Galileia/discipulos-pescadores-de-homens/) Acessado em 30 agosto de 2018.

<http://of.org.br/pt>

<https://www.infoescola.com/ecologia/piracema/> - Acessado em 04 de março de 2019.

<https://www.istockphoto.com/br/fotos/linguado>. Acessado em 30 de janeiro de 2019.

<http://www.diarioguaratuba.com.br/portal/geral/1355-comeca-a-proibicao-da-pesca-ao-robalo-sem-seguro-defeso.html>. Acessado em 30 de janeiro de 2019.

<http://revistapesca.com.br/peixes/garoupa/>. Acessado em 30 de janeiro de 2019.

<http://www.cnpa.org.br/conhecaCnpa.aspx> Visitado em 07 de fevereiro de 2019.

[http://www.mineral.eco.br/pea/wp-content/uploads/2017/10/Anexo-02-Apostila\\_Pescador\\_Artesanal\\_caderno1\\_Rev01-1.pdf](http://www.mineral.eco.br/pea/wp-content/uploads/2017/10/Anexo-02-Apostila_Pescador_Artesanal_caderno1_Rev01-1.pdf). Visitado em 29 de janeiro de 2019.

<http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/main/escritorios>. Visitado em 13 de fevereiro de 2019.

## **APÊNDICE – A – ENTREVISTAS**

- ALVES, Eduardo. Eduardo Alves. – Diretor da ONG Observatório de Favelas. Depoimento [agosto de 2018]. Entrevistadora: L.S. Bernardo. PUC – SP, 2018. 1 Arquivo em Word com extensão de 03 páginas. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades*.
- MARCONI, Tânia Souza. Tania Souza Marconi. Depoimento [fevereiro de 2018]. Entrevistadora: L. S. Bernardo. São Paulo: PUC – SP, 2018. 1 Arquivo mp3 com duração de 13m58s. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades*
- MIRANDA, Kátia Janine Oliveira de. Kátia Janine Oliveira de Miranda. Depoimento [fevereiro de 2018]. Entrevistadora: L. S. Bernardo. São Paulo: PUC – SP, 2018. 1 Arquivo mp3 com duração de 47m10s. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades*.
- NASCIMENTO, Raimundo Gil do. Raimundo Gil do Nascimento. Depoimento [fevereiro de 2018]. Entrevistadora: L.S. Bernardo. PUC – SP, 2018. 1 Arquivo mp4 com duração de 14m26s. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades*.
- OLIVEDO, Rosângela Bernardo. Rosângela Bernardo Olivedo. Depoimento [janeiro de 2018]. Entrevistadora: L.S. Bernardo. PUC – SP, 2018. 1 Arquivo mp3 com duração de 20m21s. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades*.
- OLIVEIRA, Augusto César Rodrigues de. Augusto César Rodrigues de Oliveira. depoimento [janeiro de 2018]. Entrevistadora: L.S. Bernardo. PUC – SP, 2018. 1 Arquivo mp3 com duração de 23m01s. Entrevista concedida para a pesquisa:

*Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades.*

- OLIVEIRA, Márcia Fernandes Cruz Nóbrega. Márcia Fernandes Cruz Nóbrega de Oliveira. Depoimento [março de 2018]. Entrevistadora: L. S. Bernardo. São Paulo: PUC – SP, 2018. 1 Arquivo em mp3 com duração de 29m14s. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades.*

- PAIVA, Antônio Cláudio Maia. Antônio Cláudio Maia Paiva. Depoimento [maio de 2018]. Entrevistadora: L.S. Bernardo. PUC – SP, 2018. 1 Arquivo mp3 com duração de 40m57s. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades.*

- PAIVA, Sandra Cristina de. Sandra Cristina de Paiva. Depoimento [junho de 2018]. Entrevistadora: L.S. Bernardo. PUC – SP, 2018. 1 Arquivo em Word com extensão de 03 páginas. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades.*

- REBOUÇAS, José Manoel Pereira. José Manoel Pereira Rebouças. Depoimento [maio de 2018]. Entrevistadora: L.S. Bernardo. PUC – SP, 2018. 1 Arquivo mp3 com duração de 1h52m16s. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades.*

- REBOUÇAS, Manasi da Silva. Manasi da Silva Rebouças. Depoimento [janeiro de 2018]. Entrevistadora: L.S. Bernardo. PUC – SP, 2018. 1 Arquivo mp3 com duração de 20m53s. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades.*

- VIEIRA, Francyne Carolina dos Santos. Francyne Carolina dos Santos Vieira. Depoimento [janeiro de 2018]. Entrevistadora: L.S. Bernardo. São Paulo: PUC –

SP, 2018. 1 Arquivo em mp3 com duração de 57m50s. Entrevista concedida para a pesquisa: *Pescadores artesanais na praia de Copacabana: Histórias e Memórias / Tradições e Temporalidades*.